



# Orçamentos das Entidades Participadas - 2015



METROPOLITANO LIGEIRO DE MIRANDELA, SA

## PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2015

### 1. Plano de atividades

Como tem sido amplamente referido nos Relatórios e Contas destes últimos dois anos, a atividade da Metroropolitano Ligeiro de Mirandela, SA tem-se circunscrito à gestão corrente dos meios materiais e humanos de que dispõe, operando nos troços Mirandela-Carvalhais e Mirandela-Cachão.

Como se disse, tal operação tem ocorrido numa base corrente, sem uma visão estratégica e de investimento, em virtude de se continuar a aguardar pelos desenvolvimentos que se espera sejam protagonizados por todos aqueles que têm responsabilidades na mobilidade das populações servidas pela linha do Tua, conforme resulta do “Protocolo de Intenções e Compromissos” assinado, em 31 de Março de 2011, entre a então Sociedade Anónima não Financeira para o Desenvolvimento Regional do Vale do Tua (SADRVT), a EDP Produção, SA, o IMTT, a REFER, e a CP, tendo por objetivo definir os termos em que se processará aquela mobilidade.

Para o ano de 2015 e mais uma vez, o Conselho de Administração não tenciona levar a cabo ações de grande impacto na vida da empresa, pelo motivo supra apontado. Porém, tendo em conta a urgência e importância de que se revestem, principalmente do ponto de vista da segurança, importa destacar as seguintes ações que se espera venham a ser concretizadas ao longo do próximo ano:

- Intervenção de grande amplitude (ataque pesado) na linha que compõe o troço Mirandela-Carvalhais;
- Estabelecimento de um contrato de prestação de serviços para a manutenção das várias Passagens de Nível (PNs).

Portanto, em termos de atividade corrente o ano de 2015 será idêntico ao de 2014, surgindo como novidade a concretização, planeada, dos dois aspetos referidos acima.

### 2. Rendimentos esperados

Os rendimentos esperados, como vem sucedendo, resultam:

- Da venda de títulos de transporte aos utilizadores dos meios disponibilizados pela empresa;
- Dos serviços prestados à CP, na base daquilo que com esta foi contratualizado.

Para além destas fontes de receita outras existem, mas sem grande expressão.

No que se reporta ao valor dos serviços a prestar à CP para 2015, estima-se que o valor correspondente venha a igualar aquele que ocorrerá no contexto de 2014, pelo que, neste particular, não se estimam alterações.

Quanto aos rendimentos provenientes da venda de títulos de transporte pela empresa e que constituem a sua receita direta, prevê-se uma queda de 20% de 2014 para 2015. Na base desta redução, encontra-se:

- A diminuição da população do concelho genericamente considerada;
- A diminuição da população estudantil, em particular, tanto a do ensino regular/convencional como a do ensino profissional, e;
- A continuação do ambiente recessivo que tem marcado a vida nacional, a qual prejudica o índice de mobilidades das pessoas.

### **3- Gastos esperados**

Os gastos correntes esperados para 2015 não se afastarão daquilo que foi (e ainda é) o ano de 2014 neste âmbito. No entanto e tal como mencionado em 1., a empresa pretende celebrar um contrato com um prestador especializado que vise garantir a total segurança no que se refere à operação das PNs. O valor anual previsto para acomodar e obter os serviços pretendidos rondará os 20.500 €. Deste modo, o valor previsto para os Fornecimentos e Serviços Externos em 2015 não se afastará do valor referente ao ano de 2014, apenas ocorrendo o incremento de 20.500 € motivado pela circunstância acima assinalada.

Não se perspetivam variações notórias no que toca aos Gastos com o Pessoal, dada a estabilidade do número de elementos que compõe o quadro de pessoal da empresa, bem como a estabilidade dos níveis remuneratórios.

Os Gastos Financeiros irão atingir o valor verificado em 2014, considerando o quadro de estabilidade das variáveis geradoras desses mesmos gastos.

O valor das Depreciações do Exercício irá sofrer uma queda notória, decorrente do facto de alguns elementos que compõem o Ativo Fixo da empresa terem atingido o final da sua vida útil em 31/12/2013, sendo que o valor anual das Depreciações ligadas aos novos elementos não irá compensar o valor daquelas ligadas aos elementos cujo período de vida útil já findou no final de 2013.

### **4- Investimentos previstos/Gastos plurianuais**

Tendo em conta o estado atual da linha que liga Mirandela a Carvalhais, o Conselho de Administração da empresa considera importante proceder-se a uma intervenção de fundo a ela dirigida, tendo em vista prolongar as condições de segurança da sua utilização, bem como o respetivo período de vida útil. Para tanto, em 2015 prevê-se uma intervenção de fundo direcionada para o troço referido (ataque pesado), a qual tem por finalidade substituir as peças que mostrem sinais de evidente deterioração, procedendo-se aos ajustamentos necessários. Face ao número previsto de peças a substituir, da ordem das 3.000, estima-se que o custo global com a intervenção em causa ascenda a cerca de 70,000,00 €, mais IVA (apenas incidente sobre os materiais a aplicar).

Por outro lado, é também necessário avançar para a retificação dos rodados das automotoras, considerando o número de quilómetros entretanto percorridos pelas mesmas desde a última retificação e a importância que essa operação representa para a segurança da circulação. Estima-se que o custo desta retificação ascenda a cerca de 5.000 € por cada automotora, sendo que uma das duas automotoras será intervencionada ainda em 2014 e a outra no decurso de 2015.

Face à magnitude dos valores envolvidos nas descritas operações de investimento ou gastos plurianuais, designadamente daquela dirigida à conservação da linha, só será possível levá-las por diante por recurso a subsídios ao investimento. Desse modo, o presente orçamento contempla a consecução de um subsídio ao investimento da ordem dos 70.000,00 €, sendo que o Conselho de Administração coloca a hipótese de o solicitar a uma ou várias das entidades que subscreveram o Protocolo de Intenções e Compromissos supra assinalado.

### **5 – Equilíbrio das peças orçamentais**

Em função dos valores orçamentados e sua conjugação, constata-se que:

- Serão obtidos resultados equilibrados;
- As necessidades de fundos serão cobertas pelos fundos gerados pela empresa e pela subsídio ao investimento acima referida, o que assegura a cobertura financeira de que a empresa necessita e o consequente equilíbrio financeiro.

Mirandela, 10 de outubro de 2014


O Conselho de Administração



**QUADRO I - ORÇAMENTO DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS - 2015**

	Qts. Previstas ano 2015	P.U. (€)	VALOR (€)
<b>PRÉ-COMPRADOS</b>			
Pré - Comprados a 0,7 €	21 042	0,7	14 729,17
Pré - Comprados a 1,5 €	4 083	1,5	6 125,00
			<b>20 854,17</b>
<b>A BORDO</b>			
A bordo (caminho de ferro)	2 604	1,7	4 427,08
A bordo (rodovia)	1 333	1,7	2 266,67
			<b>6 693,75</b>
<b>VINHETAS</b>			
<b>* Mirandela-Carvalhais</b>			
Reformado+Estudante	957	13,00	12 442,86
Normal	61	18,00	1 097,14
			<b>13 540,00</b>
<b>* Mirandela-Cachão</b>			
Reformado+Estudante	48	25,00	1 190,48
Normal	46	35,00	1 600,00
			<b>2 790,48</b>
SUB-TOTAL (C/ IVA)			<b>43 878,39</b>
SUB-TOTAL (S/ IVA)			<b>41 394,71</b>
Serviços prestados à CP (s/ IVA)	12	19 793,50	237 522,00
Renda EMEF (s/ IVA)	12	199,52	2 394,24
Outros rendimentos (s/ IVA)			1 000,00
<b>TOTAL (S/ IVA)</b>			<b>282 310,95</b>

 2016



**QUADRO II - ORÇAMENTO DOS GASTOS PARA O EXERCÍCIO DE 2015**

Designação	%	Valor
<b>Fornecimentos e Serviços Externos</b>		<b>186.494,46</b>
Eletricidade	1,82%	5.331,29
Combustíveis (gasóleo)	6,27%	18.369,00
Água	0,11%	319,02
Ferramentas e utensílios de desg. rápido	0,61%	1.773,00
Material de escritório	1,26%	3.679,50
Rendas e alugueres	0,00%	0,00
Comunicação	1,64%	4.797,15
Seguro de responsabilidade civil	6,56%	19.200,00
Deslocações + Despesas de representação	0,33%	963,00
Conservação e reparação	10,01%	29.296,00
Publicidade e propaganda	0,00%	0,00
Limpeza, higiene e conforto	0,26%	763,50
Honorários	3,81%	11.140,00
Contencioso e notariado		1.500,00
Trabalhos especializados	3,58%	10.473,00
Transportes alternativos		78.540,00
Outros Fornecimentos e Serviços	0,12%	350,00
<b>Impostos e taxas</b>	<b>0,09%</b>	<b>250,00</b>
<b>Gastos com o Pessoal</b>		<b>85.300,00</b>
Remuneração da Administração	0,00%	0,00
Remunerações do pessoal	20,84%	61.000,00
Encargos patronais	4,85%	14.200,00
Seguro de acidentes de trabalho	0,48%	1.400,00
Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho	0,27%	800,00
Outros gastos c/ pessoal	2,70%	7.900,00
<b>Depreciações</b>	<b>2,48%</b>	<b>7.255,83</b>
<b>Gastos e Perdas Financeiros</b>	<b>4,59%</b>	<b>13.450,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>72,66%</b>	<b>292.750,29</b>

 2015



QUADRO III - PLANO ANUAL DE INVESTIMENTOS - 2015

Em €

Designação	Valor
<b><i>Ativo Fixo Tangível</i></b>	
* Grande reparação dos rodados das automotoras (uma)	5.000,00
* Grande reparação da via Mirandela/Carvalhais	75.070,00
<b>Sub-Total</b>	<b>80.070,00</b>
<b><i>Ativo Fixo Intangível</i></b>	
	0,00
<b>Sub-Total</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>80.070,00</b>

 2015




**QUADRO IV - DEMONSTRAÇÃO PREVISIONAL DOS RESULTADOS 2015**

(VALORES EM EUROS)

Rendimentos e Gastos	Exercício
	2014
Vendas e serviços prestados	278 916,71
Subsídios à exploração	
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	
Variação nos inventários da produção	
Trabalhos para a própria entidade	5 070,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	
Fornecimentos e serviços externos	186 494,46
Gastos com o pessoal	85 300,00
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	
Provisões (aumentos/reduções)	
Imparidade de Investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	
Aumentos/reduções de justo valor	
Outros rendimentos e ganhos	9 227,57
Outros gastos e perdas	250,00
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>21 169,83</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7 255,83
Imparidade de activos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>13 914,00</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	
Juros e gastos similares suportados	13 450,00
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>464,00</b>
Imposto sobre o rendimento do período	140,00
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>324,00</b>

Mirandela, 10 de outubro de 2014

O Conselho de Administração



**QUADRO V - ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2015**

<b>Rubricas</b>	<b>VALORES</b>
<b>1 - RECEBIMENTOS</b>	
1.1 - Pronto pagamento	43.878,39
1.2 - Crédito	296.326,98
1.3 - Adiantamento de clientes	0,00
1.4 - Rendimentos financeiros correntes	0,00
1.5 - Subsídios à exploração	
<b>Total</b>	<b>340.205,37</b>
<b>2 - PAGAMENTOS</b>	
2.1 - Fornecedores de materiais e serviços	214.468,62
2.3 - Remunerações brutas e outros gastos c. pessoal	85.300,00
2.4 - IVA e outros impostos diretos	17.600,00
2.5 - Gastos financeiros de funcionamento	0,00
2.6 - Outros	250,00
<b>Total</b>	<b>317.618,62</b>
<b>3 - TESOURARIA DE EXPLORAÇÃO</b>	<b>22.586,74</b>

Mirandela, 10 de outubro de 2014

O Conselho de Administração



  


**QUADRO VI - ORÇAMENTO FINANCEIRO PARA O EXERCÍCIO DE 2015**

<b>RUBRICAS</b>	<b>VALORES</b>
<b>1 - RECEBIMENTOS</b>	
1.1 - Capital social	0,00
1.2 - Instrumentos de Capital	0,00
1.3 - Suprimentos	0,00
1.4 - Rendimentos financeiros	0,00
1.5 - Empréstimos a curto prazo	0,00
1.6 - Empréstimos a médio prazo	0,00
1.7 - Empréstimos a longo prazo	0,00
1.8 - Subsídios ao investimento	70 000,00
<b>Total</b>	<b>70 000,00</b>
<b>2 - PAGAMENTOS</b>	
2.1 - Reembolso de suprimentos	0,00
2.2 - Reembolso de subsídios	0,00
2.3 - Reembolso de empréstimos:	
* Curto prazo	0,00
* Médio prazo	0,00
* Longo prazo	0,00
2.4 - Gastos financeiros de financiamento	13 450,00
2.5 - Imposto sobre o rendimento	1 000,00
2.6 - Resultados distribuídos	0,00
2.7 - Outros	0,00
<b>Total</b>	<b>14 450,00</b>
<b>3 - SALDO</b>	<b>55 550,00</b>

Mirandela, 10 de outubro de 2014

O Conselho de Administração

**QUADRO VII - ORÇAMENTO ANUAL DE TESOURARIA PARA O EXERCÍCIO DE 2015**

<b>RUBRICAS</b>	<b>VALORES</b>
1 - RECEBIMENTOS DE EXPLORAÇÃO	340.205,37
2 - PAGAMENTOS DE EXPLORAÇÃO	317.618,62
3 - TESOURARIA DE EXPLORAÇÃO	22.586,74
4 - RECEBIMENTOS EXTRA-EXPLORAÇÃO:	
4.1 - Desinvestimentos	0,00
4.2 - Capital social, instrumentos capital e reservas	0,00
4.3 - Suprimentos	0,00
4.4 - Rendimentos financeiros	0,00
4.5 - Empréstimos	0,00
4.6 - Subsídios ao investimento	70.000,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>70.000,00</b>
5 - PAGAMENTOS EXTRA-EXPLORAÇÃO	
5.1 - Investimentos novos e em curso	0,00
5.2 - Gastos plurianuais	92.250,00
5.3 - Reembolsos de suprimentos	0,00
5.4 - Reembolso de subsídios	0,00
5.5 - Reembolso de empréstimos	0,00
5.6 - Gastos financeiros de financiamento	13.450,00
5.7 - Imposto sobre o rendimento	1.000,00
5.8 - Resultados distribuídos	0,00
5.9 - Outros	0,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>106.700,00</b>
6 - TESOURARIA EXTRA-EXPLORAÇÃO	-36.700,00
7 - TESOURARIA GLOBAL	-14.113,26
8 - DISPONÍVEL INICIAL	15.000,00
9 - SALDO ACUMULADO DE TESOURARIA	886,74

Mirandela, 10 de outubro de 2014

O Conselho de Administração




**Metropolitano Ligeiro de Mirandela, SA**

**PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL**

**INTRODUÇÃO**

1. Para os efeitos do disposto na alínea j) do número 6 do artigo 25º da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, apresentamos o nosso parecer sobre os instrumentos de gestão previsional relativos ao exercício de 2015 da firma Metropolitano Ligeiro de Mirandela, SA, consistindo nos Planos Anual de Atividades, Orçamento de Exploração, dos Investimentos, Financeiro e de Tesouraria e Conta Previsional de Resultados.

**RESPONSABILIDADES**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação e apresentação da informação previsional, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.

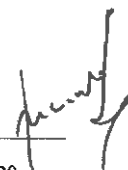
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação dos pressupostos e estimativas contidos nos instrumentos de gestão previsional acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

**ÂMBITO**

4. O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referidos está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efetuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu:

- a) principalmente, em indagações destinadas a rever:
  - a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
  - a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias;
  - a apresentação da informação previsional;
- b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.

5. Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre os instrumentos de gestão previsional.



**Fernando Ledo, SROC, Unipessoal, Lda**

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 280*

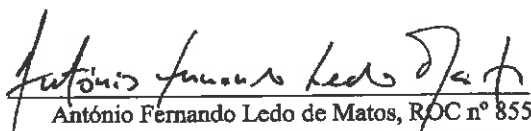
*Contribuinte n° 510 418 678*

**PARECER**

6. Com base no trabalho efetuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional dos documentos acima referidos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação e que tal informação não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adotados pela empresa.

7. Devemos, contudo, advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Vila Real, 11 de outubro de 2014

  
António Fernando Ledo de Matos, ROC n° 855  
(Em representação de Fernando Ledo, SROC,  
Unipessoal, Lda, SROC n° 280)



## AIN – AGRO-INDUSTRIAL DO NORDESTE, SA

### ORÇAMENTO PARA 2015

DESCRIÇÃO	PREVISÃO 2015
<b>GASTOS</b>	
Compras Mercadorias	41.000,00
Fornecimentos e Serviços Externos	36.000,00
Gastos com Pessoal	56.000,00
Depreciações e Amortizações do Exercício	125.000,00
Outros Gastos e Perdas	15.000,00
Gastos e Perdas de Financiamento	35.000,00
<b>TOTAL DOS GASTOS</b>	<b>308.000,00</b>
<b>RENDIMENTOS</b>	
Vendas de Mercadorias	41.000,00
Prestações de Serviços	5.000,00
Variação da Produção	0,00
Subsídios de Exploração	156.000,00
Reversões de Perdas por Imparidade	0,00
Outros Rendimentos e Ganhos	106.000,00
Juros, Div.e Outros Rendimentos Similares	0,00
<b>TOTAL DOS RENDIMENTOS</b>	<b>308.000,00</b>

Cachão, 30 de Setembro de 2014



Terras de  
Trás-os-Montes  
Comunidade Intermunicipal

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the number 805 and several illegible signatures.

**ORÇAMENTO  
E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS  
2015-2018**

APROVADO,

PELO CONSELHO INTERMUNICIPAL NA REUNIÃO DE 14 / 10 / 2014

PELA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL NA REUNIÃO DE \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_



Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large signature and several smaller ones.

## 1. INTRODUÇÃO

O Orçamento para o ano 2015 foi elaborado no âmbito da competência do Conselho Intermunicipal prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º dos Estatutos da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes. Na previsão da receita e despesa foi seguido o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as devidas alterações, assim como a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, tendo sido garantido o cumprimento dos princípios orçamentais, bem como da sua compatibilidade com as regras previsionais definidas nestes diplomas legislativos.

### 1.1 ENQUADRAMENTO GERAL

A Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, adiante designada por CIM-TTM, é uma pessoa coletiva de direito público, de natureza associativa e âmbito territorial, com sede na Rua Visconde da Bouça, 5301-903 Bragança.

A CIM-TTM é constituída por nove municípios, nomeadamente, Alfândega da Fé, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais.

A CIM-TTM visa a realização de interesses comuns aos municípios que a integram e rege-se pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelos Estatutos e pelas demais disposições legais aplicáveis.

O ano de 2015 representará o segundo ano completo de atividade desta entidade, cuja estrutura organizacional é a seguinte:



*[Handwritten signatures and initials]*

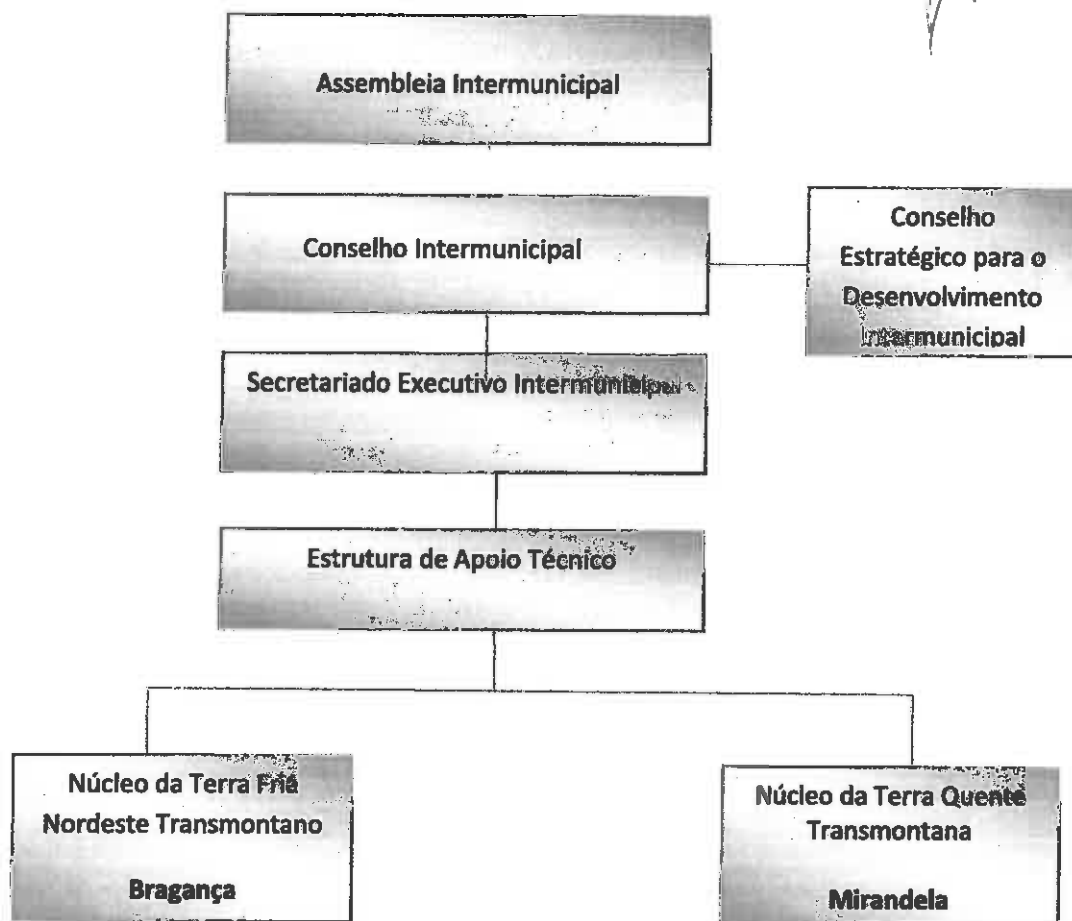


Figura 1 – Estrutura Organizacional

No contexto económico e social atual, a coesão nacional e a competitividade territorial necessitam de um reforço e otimização da atuação dos entes públicos, mormente das autarquias locais, segundo uma lógica não só de desenvolvimento mas também de melhoria das atividades prestacionais.

É também desejável reforçar a natureza genérica das atribuições das entidades intermunicipais, garantindo a concretização da efetiva articulação com os municípios.



Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large signature and several smaller ones.

Tal opção, fruto do enquadramento constitucional e também do reforço da capacidade da coesão do território e da competitividade territorial, é aconselhável uma cuidada alteração da natureza dos órgãos e respetiva composição, tudo numa perspetiva de ganhos de escala ou de racionalização da afetação de meios.

## 1.2 ORÇAMENTO

O orçamento da receita e da despesa tem o valor de **1.194.464,83 euros** que se traduz essencialmente na verba da transferência do Orçamento do Estado prevista e nas receitas provenientes de fundos comunitários de candidaturas que se encontram a ser desenvolvidas pela CIM-TTM.

## 1.3 RECURSOS HUMANOS E MAPA DE PESSOAL

O mapa de pessoal, elaborado conforme a lei geral do trabalho em funções públicas e que acompanha a proposta de orçamento, prevê o Secretariado Executivo Intermunicipal, que é composto pelo primeiro-secretário e dois secretários intermunicipais. Salienta-se que em termos de remuneração, o primeiro-secretário e a secretária intermunicipal são remunerados nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Os restantes postos de trabalho constantes do mapa de pessoal são um secretário intermunicipal não remunerado e uma técnica superior do núcleo da Terra Quente Transmontana da CIM-TTM. Esta última, encontra-se afeta a tempo inteiro, em regime de mobilidade interna a órgãos ou serviços, tal como disposto no artigo 92.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

As despesas com pessoal presentes no Orçamento da Despesa não refletem os custos da técnica superior referida no parágrafo anterior, uma vez que as remunerações e respetivas contribuições associadas são pagas pela associação de municípios de fins específicos (AMTQT). A CIM-TTM transfere para a AMTQT a verba correspondente à afetação das despesas dessa técnica, por via de transferências correntes.



*[Handwritten signatures and initials in the top right corner, including 'BU' and 'A']*

Aos trabalhadores serão asseguradas condições em termos de segurança, higiene e saúde no trabalho, de formação e garantia de promoção conforme possibilidade legal e respetivo desempenho.

#### 1.4 PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI)

O PPI reflete a despesa associada à realização dos projetos e ações previstas, concentrando-se nos seguintes projetos:

##### EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA

- Aquisição de equipamento informático no âmbito das ações da operação contratada da "Promoção e Capacitação Institucional.

##### SOFTWARE INFORMÁTICO

- Manutenção de *software* técnico, nomeadamente da aplicação POCAL necessária para a execução da contabilidade.

##### EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO

- Aquisição de equipamento diverso que se demonstre necessário.

##### INVESTIMENTOS INCORPÓREOS

- Manutenção do *site* da CIM-TTM.

##### OUTROS INVESTIMENTOS

- Investimentos a realizar referentes às ações que venham a integrar o Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal.

##### LOCAÇÃO FINANCEIRA

- Aquisição de uma viatura para o primeiro-secretário em ALD.



Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the letters 'BN' and 'R'.

## 2. ORÇAMENTO

### 2.1. APRESENTAÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO PARA 2015

A previsão das receitas e despesas para o próximo ano é apresentada no quadro seguinte, onde se encontram discriminados os valores pelos dois grandes agrupamentos de classificação orçamental, Correntes e de Capital.

QUADRO 1. Resumo do Orçamento para o ano de 2015

<i>Descrição</i>	<i>Classificação Orçamental</i>		<i>Total</i>
	<i>Correntes</i>	<i>Capital</i>	
Receitas	987.666,40€	206.798,43€	1.194.464,83€
Despesas	931.264,83€	263.200,00€	1.194.464,83€
<b>Saldo</b>	<b>56.401,57€</b>	<b>-56.401,57€</b>	

De acordo com o disposto na alínea e) do ponto 3.1.1. do POCAL, o Princípio do Equilíbrio Orçamental determina, em sede de elaboração do orçamento, que o mesmo preveja os recursos necessários para cobrir todas as despesas, devendo as receitas correntes ser pelo menos iguais às despesas correntes.

Pela observação do quadro, conclui-se que este preceito se mantém presente, totalizando as receitas correntes o montante de 987.666,40 euros face a 931.264,83 euros de despesas correntes, pelo que se verifica um saldo positivo de 56.401,57 euros que servirá para cobrir o valor das despesas de capital, sendo deste modo consagrado o princípio do equilíbrio.



QUADRO 2 – Mapas de Orçamento 2015

ORÇAMENTO DA RECEITA

Descritivo	2015
<i>Receitas Correntes</i>	
Bancos e outras instituições financeiras	2.000,00 €
Transferências do OE-DGAL	206.535,00 €
Transferências correntes-FEDER	778.971,40 €
<b>Total</b>	<b>987.506,40 €</b>

Pela observação do quadro acima, conclui-se que a receita corrente prevista se divide em três grandes rubricas:

- Bancos e outras instituições financeiras: corresponde à receita esperada pela remuneração dos depósitos bancários (juros) da CIM-TTM;
- Transferências do OE-DGAL: corresponde à transferência esperada a efetuar do Orçamento Geral do Estado. Não sendo ainda nesta data conhecida a proposta do OE 2015, assumiu-se o montante inscrito no OE 2014;
- Transferências correntes-FEDER: corresponde ao cofinanciamento comunitário das operações contratadas com os vários programas operacionais (ON.2, POVT e POAT) – “Promoção da Capacitação Institucional”, “Assistência Técnica CIM-TTM”, “Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual para Combate a Incêndios em Espaços Naturais”, “Estudo de Identificação e Caracterização de Riscos nos Concelhos de Macedo de Cavaleiros e Mirandela” e “Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal”.



*Receita de Capital*

<b>Descritivo</b>	<b>2015</b>
<i>Transferências Capital</i>	
Transferências de Capital-FEDER	206.789,43 €
Municípios Integrantes da CIM-TTM	9,00 €
<b>Total</b>	<b>206.798,43 €</b>

Da análise do quadro acima, conclui-se que a receita de capital total prevista é de 206.798,43 euros, proveniente da rubrica de transferências de capital-FEDER, que corresponde ao cofinanciamento da despesa de natureza capitalística a apresentar no âmbito das candidaturas "Promoção da Capacitação Institucional" e "Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual para Combate a Incêndios em Espaços Naturais".

ORÇAMENTO DA DESPESA

Despesas Correntes

<b>Descritivo</b>	<b>2015</b>
Assembleia Intermunicipal	14.500,00 €
Conselho Intermunicipal	
<i>Despesas Correntes</i>	
<b>Despesas com pessoal</b>	<b>135.947,96 €</b>
Aquisição de bens	199.500,00 €
Aquisição de serviços	507.511,87 €
Juros e outros encargos	3.050,00 €
Transferências correntes	65.005,00 €
Subsídios	5.000,00 €
Outras despesas correntes	750,00 €
<b>Total</b>	<b>931.264,83 €</b>



*[Handwritten signatures and initials, including 'PU' and '9.7']*

Da análise do quadro acima, importa fazer uma breve descrição das despesas associadas a cada grande rubrica:

- **Despesa com Pessoal** – conforme referido anteriormente, corresponde às remunerações certas e permanentes, abonos variáveis e eventuais e encargos da entidade para com a Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações do primeiro-secretário e da secretária intermunicipal nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
- **Aquisição de bens** - prevê-se uma despesa de 199.500,00 euros, a qual corresponde essencialmente à aquisição de combustíveis, de material de escritório e à aquisição do equipamento de proteção individual para as corporações de bombeiros.
- **Aquisição de serviços** - corresponde à maior verba das despesas correntes, onde está previsto a continuidade dos estudos em curso, concretamente, o "Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, o "Estudo de Sustentabilidade das Estruturas de Proteção Civil", o "Estudo de Valorização do Potencial Cinegético e Piscícola", "Estudo de Identificação e Caracterização de Riscos nos Concelhos de Macedo de Cavaleiros e Mirandela", "Plano de Ação da Rede Viária Municipal de Trás-os-Montes", "Plano de Mobilidade e Transportes" e "Plano de Marketing".

Está também prevista a promoção do território da CIM-TTM, através da presença em feiras temáticas, nacionais e internacionais, em que a dotação orçamental se encontra plasmada na rubrica 01.02/02.02.11-Representação dos Serviços.

Incluem-se ainda na aquisição de serviços as verbas destinadas a publicidade assumindo os compromissos dos contratos celebrados com a Localvisão e FCP Media.



Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large signature and the initials 'BN' and '9-8'.

Por último, a rubrica de "Outros trabalhos especializados" comporta a dotação referente ao contrato celebrado com o Revisor Oficial de Contas e com a aquisição da C.O.S.

- **Transferências correntes** - preveem o valor a transferir para a associação de municípios de fins específicos (AMTQT) no âmbito do apoio técnico prestado, e eventualmente para a outra associação (AMTFNT) caso se venha a verificar o apoio técnico de recursos humanos.
- **Subsídios** – nesta rubrica está prevista a verba a transferir para a Agência de Energia de Trás-os-Montes [AE-TM], a qual integra todos os Municípios.

*Despesas de Capital*

<b>Descritivo</b>	<b>2015</b>
<i>Aquisição de bens de capital</i>	
<b>Investimentos</b>	
Equipamento de informática	98.200,00 €
Software informático	5.000,00 €
Equipamento administrativo	5.000,00 €
Investimentos incorpóreos	3.500,00 €
Outros investimentos – PEDI	145.000,00 €
Locação Financeira – Material de transporte	6.500,00 €
<b>Total</b>	<b>263.200,00 €</b>

As despesas de capital apresentam um valor total previsto de 263.200,00 euros. No essencial, trata-se de despesas com equipamento informático a adquirir no âmbito das ações da operação contratada da "Promoção e Capacitação Institucional", com software informático onde se inclui a manutenção da aplicação de contabilidade, com equipamento administrativo que possa ser necessário adquirir, com investimentos incorpóreos referentes à manutenção do site da CIM-TTM e com a aquisição de uma viatura para o primeiro-secretário em regime de aluguer de longa duração.



*[Handwritten signatures and initials]*

A verba mais elevada concentra-se nos investimentos a realizar das ações que venham a integrar o Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal.

#### 2.1.1. ORÇAMENTO DA RECEITA

A classificação económica das receitas traduz-se na desagregação das mesmas, em receitas correntes e de capital.

As receitas correntes, aquelas que se repercutem no património não duradouro da CIM-TTM são provenientes de rendimentos no período orçamental, nomeadamente, transferências correntes provenientes do Orçamento Geral do Estado e de apoios comunitários.

No que concerne às receitas de capital, ou seja, aquelas que são arrecadadas pela CIM-TTM e que alteram o seu património duradouro, agrupam-se em transferências de capital provenientes de apoios comunitários e o restante valor é coberto por receitas correntes.

O Orçamento de receita foi elaborado dando cumprimento às regras previsionais instituídas no ponto 3.3.1 do POCAL. Assim sendo, a previsão para o ano de 2015 em termos de receita ascende a 1.194.464,83 euros, apresentando a seguinte estrutura:

GRAFICO 1 – Composição do Orçamento da Receita





*Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a signature that appears to be 'J. M.' and another that appears to be 'P. J.'.*

### 2.1.2. ORÇAMENTO DA DESPESA

A realização de despesas tem como princípio fundamental, a afetação de recursos ao desenvolvimento de atividades para a satisfação das necessidades correntes. Neste enquadramento e seguindo a mesma orientação aplicada às receitas, nomeadamente na aplicação dos princípios e regras instituídos no POCAL, o orçamento da despesa é projetado evidenciando a relação existente entre a receita proveniente de transferências correntes e de capital e as dotações afetas a cada um dos projetos a desenvolver.

Quanto à sua natureza económica, as despesas, são classificadas em correntes e de capital. São despesas correntes as que afetam somente o património não duradouro, implicando uma diminuição do ativo líquido. A exemplo disso identificam-se as despesas de funcionamento dos serviços, que se traduzem na obtenção de serviços ou bens de consumo corrente. As despesas de capital são todas aquelas que alteram o património duradouro da CIM-TTM.

Analisando o comportamento do orçamento de despesa, cujo valor previsto ascende a 1.194.464,83 euros, verifica-se que as despesas correntes atingem o valor de 931.264,83 euros enquanto as despesas de capital atingem o valor de 263.200,00 euros.

GRAFICO 1 – Composição do Orçamento da Despesa





### 3. RECURSOS HUMANOS

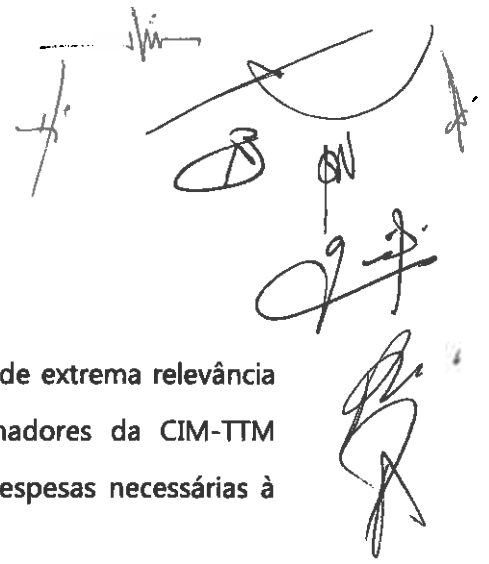
A atividade da CIM-TTM é desenvolvida pelo secretariado executivo intermunicipal e com o apoio técnico prestado pelas duas associações de municípios de fins específicos.

A Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas) estabelece os princípios e orientações no domínio da gestão de pessoal e da disciplina relativa aos mapas de pessoal.

Nesta conformidade, procede-se à elaboração de um Mapa de Pessoal, documento que acompanha a proposta de Orçamento e que contém a indicação do número de postos de trabalho de que a entidade carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizadas em função: da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar; do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam; dentro de cada carreira e, ou, categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular.

Qualquer recrutamento a efetuar no ano de 2015, ficará condicionado à caracterização dos postos de trabalho necessários quer para a execução das atividades, os quais deverão constar no Mapa de Pessoal que vier a ser aprovado. As verbas relativas a despesas com pessoal, a inscrever na proposta de Orçamento, deverão cobrir os encargos com remunerações dos trabalhadores que se devam manter em exercício de funções na CIM-TTM, bem como a dos novos recrutamentos de pessoal, previstos no Mapa de Pessoal.

O Mapa de Pessoal é aprovado pela Assembleia Intermunicipal, sob proposta do Conselho Intermunicipal, e tornado público por afixação no órgão ou serviço e inserção na página electrónica (vide artigo 53.º, n.º 2, alínea o) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigo 29.º, n.º 4, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho).



### 3.1 Segurança, Higiene e Saúde no trabalho

Sendo as áreas da Saúde, da Higiene e Segurança no Trabalho de extrema relevância para o bom desempenho profissional e pessoal dos trabalhadores da CIM-TTM encontra-se prevista no orçamento verba capaz de cobrir as despesas necessárias à prestação deste serviço.

## 4. OBJETIVOS E ATIVIDADES

O ano 2015 representará o segundo ano completo de atividade da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes.

O objetivo do Conselho Intermunicipal é que a CIM-TTM seja um veículo de promoção do território e do que a região tem de diferenciador, pelo que pretende continuar o ciclo de presenças em feiras temáticas a realizar no território nacional e no estrangeiro.

Contudo, o grande objetivo do Conselho Intermunicipal é que, aprovado o Plano estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, a região se consiga mobilizar para a implementação dos projetos estratégicos com recurso aos apoios disponibilizados pelo novo quadro comunitário.



**RESUMO DO ORÇAMENTO**

*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

ENTIDADE  
**COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES**

**DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2015**

RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	987.666,40€	Correntes	931.264,83€
De capital	206.798,43 €	De capital	263.200,00€
<b>Total</b>	<b>1.194.464,83€</b>	<b>Total</b>	<b>1.194.464,83€</b>
Serviços	0,00 €		0,00 €
Municipalizados			
<b>Total Geral</b>	<b>1.194.464,83 €</b>	<b>Total Geral</b>	<b>1.194.464,83€</b>

**ÓRGÃO EXECUTIVO**

Em \_\_\_ de \_\_\_ de \_\_\_

*Handwritten signature*

**ÓRGÃO DELIBERATIVO**

Em \_\_\_ de \_\_\_ de \_\_\_



#1

**ORÇAMENTO DA RECEITA 2015**

CÓDIGOS					DESIGNAÇÃO	MONTANTE
Capítulo	Grupo	Artigo	Subartigo	Rubrica		
					<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>987.666,40</b>
04					TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	130,00
	02				MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	130,00
		01			JUROS DE MORA	100,00
		99			MULTAS E PENALIDADES DIVERSAS	30,00
05					RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	2.000,00
	02				JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	2.000,00
		01			BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	2.000,00
06					TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	985.526,40
	03				ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	985.511,40
		01			ESTADO	206.540,00
			99		OUTRAS	206.540,00
				01	DGAL	206.535,00
				02	Outras	5,00
		06			ESTADO - Participação Comunitária em Projectos Co-financiados	778.971,40
			01		FEDER	778.971,40
05					ADMINISTRAÇÃO LOCAL	15,00
	01				CONTINENTE	15,00
		01			9 Municípios Integrantes da CIM-TTM (9x1,00)	9,00
		02			2 Associações de Municípios (2x3,00)	6,00
08					OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10,00
	01				OUTRAS	10,00
		99			Outras	10,00
			99		Diversas	10,00
					<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>206.798,43</b>
10					TRANSFERÊNCIAS CAPITAL	206.798,43
	03				ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	206.789,43
		07			ESTADO - PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA PROJECTOS CO-FINANCIADOS	206.789,43
			01		FEDER	206.789,43
	05				ADMINISTRAÇÃO LOCAL	9,00
		01			CONTINENTE	9,00
			01		9 Municípios Integrantes da CIM-TTM (9x1,00)	9,00
					<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>1.194.464,83</b>

**ÓRGÃO EXECUTIVO**

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014

\_\_\_\_\_

**ÓRGÃO DELIBERATIVO**

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_



*Handwritten signatures and initials:*  
 - Top right: A large signature, possibly "J. M. ..."  
 - Middle right: "B. J. ..."  
 - Bottom right: "G. J. ..."  
 - Far right: "P. ..."

**ORÇAMENTO DA DESPESA 2015**

ORGÂNICA	ECONÓMICA					CLASSIFICAÇÕES	MONTANTE		
	Agrupamento	Sub-Agrupamento	Rubrica	Alínea	Sub-Alínea		DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
01						<b>ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA</b>	<b>1.194.164,83</b>		
01.01						<b>ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL</b>	<b>14.500,00</b>		
						<b>DESPESAS CORRENTES</b>		<b>14.500,00</b>	
	01					<b>DESPESAS COM O PESSOAL</b>		<b>7.500,00</b>	
	01	02				<b>ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS</b>		<b>7.500,00</b>	
	01	02	13			<b>OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS</b>		<b>7.500,00</b>	
	01	02	13	02		<b>Outros</b>		<b>7.500,00</b>	
	02					<b>AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS</b>		<b>7.000,00</b>	
	02	02				<b>AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS</b>		<b>7.000,00</b>	
	02	02	13			<b>Deslocações e Estadas</b>		<b>7.000,00</b>	
01.02						<b>CONSELHO INTERMUNICIPAL</b>	<b>1.179.664,83</b>		
						<b>DESPESAS CORRENTES</b>		<b>916.764,83</b>	
	01					<b>DESPESAS COM O PESSOAL</b>		<b>135.947,96</b>	
	01	01				<b>REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES</b>		<b>104.344,91</b>	
		02				<b>Órgãos Sociais</b>		<b>72.320,06</b>	
		03				<b>Pessoal dos Quadros - Regime Função Pública</b>		<b>5,00</b>	
		04				<b>Recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho</b>		<b>5,00</b>	
		04				<b>Pessoal do quadro - Contrato Individual de Trabalho</b>		<b>5,00</b>	
		04				<b>Recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho</b>		<b>5,00</b>	
		06				<b>Pessoal contratado a Termo</b>		<b>5,00</b>	
		04				<b>Recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho</b>		<b>5,00</b>	
		09				<b>Pessoal em qualquer outra situação</b>		<b>5,00</b>	
		11				<b>Representação</b>		<b>17.664,90</b>	
		13				<b>Subsídio de Refeição</b>		<b>2.300,00</b>	
		14				<b>Subsídio de Férias e Natal</b>		<b>12.039,95</b>	
	02					<b>ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS</b>		<b>4.280,00</b>	
		02				<b>Horas extraordinárias</b>		<b>100,00</b>	
		04				<b>Ajudas de custo</b>		<b>3.500,00</b>	
		13				<b>Outros suplementos e prémios</b>		<b>500,00</b>	
		14				<b>Outros abonos em numerário ou espécie</b>		<b>100,00</b>	
	03					<b>SEGURANÇA SOCIAL</b>		<b>27.463,05</b>	
		01				<b>Encargos com a saúde</b>		<b>50,00</b>	
		03				<b>Subsídio familiar a crianças e jovens</b>		<b>50,00</b>	
		04				<b>Outras prestações familiares</b>		<b>50,00</b>	
		05				<b>Contribuições para a Segurança Social</b>		<b>26.143,05</b>	
		01				<b>Assistência na Doença dos Funcionários Públicos (ADSE)</b>		<b>50,00</b>	
		02				<b>Segurança Social do Pessoal em RCTFP</b>		<b>26.093,05</b>	
		01				<b>Caixa Geral de Aposentações</b>		<b>14.564,81</b>	
		02				<b>Segurança Social - Regime Geral</b>		<b>11.528,24</b>	
	09					<b>Seguros</b>		<b>1.108,00</b>	
		01				<b>Seguro de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais</b>		<b>1.000,00</b>	
		02				<b>Seguros de Saúde</b>		<b>100,00</b>	
	10					<b>Outras despesas de Segurança Social</b>		<b>10,00</b>	
	09					<b>Outras despesas de Segurança Social</b>		<b>10,00</b>	



*[Handwritten signatures and initials]*

CLASSIFICAÇÕES					MONTANTE		
FUNÇÃO	ECONÓMICA				DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	Agropecuária	Sit. Agromontes	Materiais	Alfres			
	02				<b>AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS</b>		<b>707.011,87</b>
		01			<b>AQUISIÇÃO DE BENS</b>		<b>199.500,00</b>
			02		Combustíveis e lubrificantes		3.800,00
				02	Gasóleo		3.800,00
				07	Vestuário e artigos pessoais		193.000,00
				08	Material de escritório		1.200,00
				18	Livros e documentação técnica		500,00
				21	Outros bens		1.000,00
			02		<b>AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS</b>		<b>507.511,87</b>
				09	Comunicações		2.500,00
				11	Representação dos Serviços		125.000,00
				13	Deslocações e Estadas		25.000,00
				14	Estudos Pareceres, Projectos e Consultadorias		193.866,87
				15	Formação		500,00
				17	Publicidade		81.955,00
				20	Outros Trabalhos Especializados		63.690,00
				25	Outros Serviços		15.000,00
		03			<b>JUROS E OUTROS ENCARGOS</b>		<b>3.050,00</b>
			03		<b>JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>3.050,00</b>
				05	Material de Transporte		3.000,00
				06	Outros Encargos Financeiros		50,00
		04			<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>		<b>65.005,00</b>
			05		<b>ADMINISTRAÇÃO LOCAL</b>		<b>65.005,00</b>
				01	<b>CONTINENTE</b>		<b>65.005,00</b>
				04	Associações de Municípios		65.005,00
					02	Associação Municípios Terra Quente Transmontana	60.000,00
					03	Associação Municípios Terra Fria Nordeste Transmontano	5.000,00
					99	Outras	5,00
		05			<b>SUBSÍDIOS</b>		<b>5.000,00</b>
			01		<b>Sociedades e quase-sociedades não financeiras</b>		<b>5.000,00</b>
				03	Privadas		5.000,00
				01	Agência de Energia de Trás-os-Montes		5.000,00
		06			<b>OUTRAS DESPESAS CORRENTES</b>		<b>750,00</b>
			02		Diversas		750,00
				03	Outras		750,00
				04	Serviços Bancários		500,00
				05	Outras		250,00





*[Handwritten signatures and initials]*

CLASSIFICAÇÕES						MONTANTE		
104 480011A	Estrutura					DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	Agrupamento	21ª Agência	Módulo	Alínea	Sub-alínea			
						<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>263.200,00</b>
	07					<b>AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL</b>		<b>263.200,00</b>
		01				<b>INVESTIMENTOS</b>		<b>256.700,00</b>
			07			Equipamento de Informática		98.200,00
			08			Software Informático		5.000,00
			09			Equipamento Administrativo		5.000,00
			13			Investimentos Incorpóreos		3.500,00
			15			<b>Outros Investimentos</b>		<b>145.000,00</b>
				01		Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal		145.000,00
		02				<b>LOCAÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>6.500,00</b>
				01		Locação de Material de Transporte		6.500,00

**ÓRGÃO EXECUTIVO**

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014

*[Handwritten signature]*

**ÓRGÃO DELIBERATIVO**

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

*Handwritten signatures and initials at the top right of the page.*



**PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS - 2015-2018 -**

OB.J.	CLASSE ECONOMICA	N.º PROJETOS/AÇÃO	DESIGNAÇÃO DO PROGRAMA E PROJEÇÃO	FORMA REALIZ.	FONTES DE FINANCIAMENTO			FAS EXECUC.	REALIZADO	DESPESA PREVISTA				TOTAL PREVISTO	
					AC	AA	FC			2015	ANOS SEQUENTES				
									TOTAL	Financ. Definido	Financ. n.º definido	2018	2017	2018	
1.1.1.1.	0 02/070 9705	072031/1	Funções gerais Serviços gerais de administração pública Administração geral Administração administrativa <b>EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA</b>	OUTRA	5%	85%	0	0	98.200,00	98.200,00	0,00				98.200,00
1.1.1.1.	0 02/070 08	072041/1	<b>EQIPAMENTO ADMINISTRATIVO</b>	OUTRA	00%		3	1822,66	5.000,00	5.000,00	0,00				5.000,00
1.1.1.1.	0 02/070 08	072041/1	<b>SOFTWARE INFORMÁTICO</b>	OUTRA	00%		0	0	5.000,00	5.000,00	0,00				5.000,00
1.1.1.1.	0 02/070 1801	022041/2	<b>INVESTIMENTOS INCORPÓREOS</b>	OUTRA	00%		0	0	3.500,00	3.500,00	0,00				3.500,00
1.1.1.1.	0 02/070 1501	072051/1	<b>OUTROS INVESTIMENTOS</b> Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal	OUTRA	5%	85%	0	0	145.000,00	145.000,00	0,00	500.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	2.645.000,00
3.3.1.	0 02/070 205	032041/3	Funções económicas Transportes e comunicações Transportes rodoviários <b>LOCAÇÃO FINANCEIRA</b> Material Transporte-Locação Financeira	OUTRA					6.500,00	6.500,00					6.500,00

**2.763.300,00**

**ÓRGÃO EXECUTIVO**

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**ÓRGÃO DELIBERATIVO**

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Handwritten signatures and initials at the top of the page.



**MAPA DE PESSOAL DE 2015**

Artigos 28.º e 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20.06

Atividades/competências/atividades	Cargos em Comissão de Serviço			Categorias				Área de formação académica e/ou profissional	N.º de postos de trabalho previstos	OBS
	Principal-Secretário	Secretários Intermunicipais	Técnico Superior	Técnico	Técnico Profissional	Assistentes Administrativo				
<b>SECRETARIADO EXECUTIVO INTERMUNICIPAL</b> - Elaborar e submeter à aprovação do conselho intermunicipal os planos necessários à realização das atividades intermunicipais; - Propor ao Governo os planos, os programas e os projetos de investimento e desenvolvimento de interesse intermunicipal; - Participar na gestão dos programas de desenvolvimento regional e apresentar candidaturas de financiamentos através de programas, projetos e demais iniciativas; - Assegurar a articulação entre as municipalidades e os serviços da administração central; - Participar, com outras entidades, no planeamento que diretamente se relaciona com as atividades da área intermunicipal, entidade parceira e submeter a aprovação e deliberação do conselho intermunicipal; - Elaborar e submeter a aprovação do conselho intermunicipal o plano de ação e a proposta de orçamento, assim como as respetivas alterações e revisões; - Executar as opções do plano e orçamento; - Elaborar e apresentar ao conselho intermunicipal propostas de harmonização no âmbito dos poderes fiduciários das municipalidades; - Aprovar os projetos, programas de concurso, caderno de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caber; - Exercer as demais competências legais incluindo aquelas que o Estado venha a transferir para as comunidades intermunicipais no quadro da descentralização.			1					Eng.ª Zootécnica, Eng.ª Civil e Economia	3	
<b>NÚCLEO DA TERRA FRIA DO NORDESTE TRANSMONTANO</b> - Elaborar e submeter à aprovação superior instâncias, circulares normais e regulamentares, que se mostrem necessárias ao correto exercício da sua atividade; - Colaborar na elaboração dos diversos instrumentos de planeamento, programação e controlo de atividade da CIM-TTM - Coordenar e dinamizar a atividade das unidades orgânicas, assegurando a adequada execução das tarefas respetivas, estudando e propondo as medidas organizativas que contribuam para aumentar a operacionalidade e eficiência do serviço - Assistir, sempre que assim for determinado, às reuniões da Assembleia Intermunicipal e Conselho Intermunicipal, de grupos de trabalho ou outros promovidos no âmbito de atividade da CIM-TTM - Garantir o cumprimento das deliberações da Assembleia Intermunicipal, dos despachos do Conselho Intermunicipal e do seu Presidente e das decisões do Secretariado Executivo Intermunicipal, na respetiva área de intervenção - Executar as demais tarefas que cometidas por regulamento, deliberação dos órgãos, despachos do Presidente do CI ou despacho do Secretariado Executivo Intermunicipal - Execução do Plano de Divulgação e Comunicação.			2							

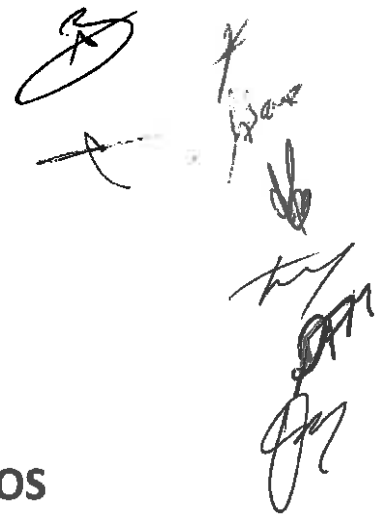


**MAPA DE PESSOAL DE 2015**

Artigos 28.º e 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20.08

Atribuições/competências/atividades	Cargos em Comissão de Serviço		Categorias				Área de formação académica ou profissional	Nº de postos de trabalho previstos	OBS (a)
	Secrário Geral	Chefe Projeção	Técnico Superior	Técnico	Técnico Profissional	Assistente Administrativo			
<p><b>NÚCLEO DA TERRA QUENTE TRANSMONTANA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaborar e submeter à aprovação superior instruções, circulares, normas e regulamentos, que se mostrem necessárias ao correcto exercício da actividade;</li> <li>- Colaborar na elaboração dos diversos instrumentos de planeamento, programação e controlo da actividade da CIM-TTM;</li> <li>- Coordenar e dinamizar a actividade das unidades orgânicas, assegurando a atempada execução das tarefas respectivas, assistindo e propondo as medidas organizativas que contribuam para melhorar a operacionalidade e eficiência do serviço;</li> <li>- Assistir, sempre que assim for determinado, às reuniões da Assembleia Intermunicipal e Conselho Intermunicipal, de grupos de trabalho ou de outras promovidas no âmbito da actividade da CIM-TTM;</li> <li>- Garantir o cumprimento das deliberações da Assembleia Intermunicipal, dos despachos do Conselho Intermunicipal e do seu Presidente e das decisões do Secretariado Executivo Intermunicipal, na respectiva área de intervenção;</li> <li>- Executar as demais tarefas que couberem por regulamento, deliberação dos órgãos, despachos do Presidente do CI ou decisão do Secretariado Executivo Intermunicipal;</li> <li>- Executar todas as tarefas necessárias à prossecução dos objetivos da CIM-TTM;</li> <li>- Manter a página web atualizada</li> </ul>			1				Eng.º CIVIL	1	(a)

(a) Um posto de trabalho da categoria Técnico Superior é preenchido a tempo inteiro, em regime de mobilidade interna a órgãos ou serviços, tal como disposto no artigo 32.º da Lei n.º 35/2014, de 20.08 por uma colaboradora da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana



**ORÇAMENTO**  
**E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS**  
**AMTQT**  
**2015-2018**

**APROVADO**

EM CONSELHO DIRECTIVO: EM REUNIÃO DE 28/10/2014

PELA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL: EM SESSÃO DE 28/10/2014



## ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DA AMTQT 2015-2018

### I – PLANO DE ACTIVIDADES 2015

#### 1. Introdução

As Associações de Municípios continuam a assumir cada vez mais um papel de dimensão e relevo no quadro do desenvolvimento local e regional quer seja ao nível do planeamento, quer da elaboração dos projectos de desenvolvimento supra e intermunicipais.

A profunda crise económico-financeira que o país atravessa, continua a apelar e a suscitar a necessária união de esforços, capacidades e recursos para que em torno de entidades intermunicipais se possam pensar as acções e iniciativas necessárias ao desenvolvimento das regiões.

Tendo presente a missão e as competências da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, elabora-se o presente documento discriminativo do plano de actividades a desenvolverem-se no próximo ano de 2015.

A Associação, durante o próximo ano, irá dar continuidade à sua actividade de apoio técnico, de coordenação, gestão e implementação de iniciativas e acções intermunicipais com relevância para o território da Associação, pelo que, neste contexto, se destacam alguns projectos em execução.

#### 2. Projectos e acções

##### 2.1 Fruta nas Escolas da Terra Quente Transmontana

No âmbito da ajuda comunitária para a distribuição de frutas e produtos hortícolas nas escolas do 1.º Ciclo do ensino básico, a AMTQT viu aprovada a candidatura conjunta da Terra Quente Transmontana para a implementação do RFE – Regime de Fruta Escolar nos municípios de Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Vila Flor.

Com a execução deste programa instituído pela Comissão Europeia que envolve na sua coordenação os Ministérios da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, da Saúde, e da Educação, pretende-se, especificamente, intervir:

- Ao nível da Saúde Pública, melhorar a qualidade nutricional da oferta alimentar em meio escolar contribuindo para reduzir o risco de doenças crónicas associadas à obesidade;
- Ao nível da Educação, reforçar a aquisição de competências nas áreas da educação alimentar e da saúde em contexto escolar;



ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA  
TERRA QUENTE TRANSMONTANA

- Ao nível da Agricultura, aproximar as crianças do mundo rural e dar a conhecer a proveniência dos alimentos, com vista à criação e manutenção de hábitos de consumo hortofrutícolas.

A escola como um veículo privilegiado para a formação dos jovens, é a forma ideal para promoção de hábitos alimentares saudáveis a favor da saúde dos jovens e com vista à luta contra a obesidade.

O Regime de Fruta Escolar consiste na distribuição de hortofrutícolas a todos os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico que frequentem estabelecimentos de ensino público, e na realização de medidas de acompanhamento, que mais não são do que actividades no meio escolar que visam o desenvolvimento de competências de alimentação saudável e o conhecimento das origens dos produtos agrícolas.

A AMTQT tem como competências a ligação entre os órgãos centrais e as escolas, assim como toda a logística associada à implementação do RFE, compra e distribuição dos produtos.

As escolas têm como principais competências a educação para a saúde, que passam pela integração curricular do RFE, distribuição dos produtos a todos os alunos, propor as já referidas medidas de acompanhamento e a sensibilização dos encarregados de educação.

#### PRODUTOS PARA O RFE

Optou-se exclusivamente por produtos frescos, de fácil consumo em espécie, devidamente acondicionados, respeitando sempre que possível a sazonalidade dos mesmos, sendo que pelo menos 50% dos montantes aplicados na aquisição dos produtos, foi em produtos com qualidade certificada. Deu-se preferência a produtos de origem local.

Os frutos e hortícolas elegíveis são os seguintes: maçã, pêra, clementina, tangerina, laranja, banana, cereja, uvas, ameixa, pêsego, cenoura e tomate.

A distribuição dos produtos é feita 2 dias por semana, durante 30 semanas por ano lectivo, sendo entregue uma peça ou porção por criança. O momento de distribuição não pode coincidir com qualquer outra refeição, nem substituir produtos de qualquer outra refeição. A fruta deve ser distribuída preferencialmente durante a tarde, e obrigatoriamente em sala de aula, na presença do professor. Nas escolas com horário duplo, a fruta deve ser distribuída em horário não coincidente com o momento de distribuição do leite escolar.

O RFE está sujeito à aplicação de medidas de acompanhamento, de modo a garantir a sua eficácia. As medidas de acompanhamento, além de obrigatórias, devem abranger a totalidade dos alunos. Os estabelecimentos de ensino apresentam à DREN, no início de cada ano lectivo, as propostas das medidas de acompanhamento a implementar.

Indo de encontro ao anteriormente exposto, e para a implementação do RFE, a AMTQT deu início no dia 22 de Setembro de 2014, à distribuição gratuita de 1 peça, ou porção de fruta, duas vezes por semana e durante 30 semanas lectivas, (13 de Junho de 2015, fim do ano lectivo), às 1.626 crianças que frequentam as 26 escolas públicas do ensino básico dos concelhos de Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Vila Flor.

Assim, duas vezes por semana, o lanche das crianças que frequentam os estabelecimentos de ensino básico públicos, é enriquecido com uma peça de fruta, de entre as várias frutas elegíveis.



ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA  
TERRA QUENTE TRANSMONTANA

## 2.2 Trás-os-Montes XXI – Mais – Modernização Administrativa e Tecnológica

Em 2015 pretende-se consolidar o processo de modernização administrativa em curso nas autarquias, prosseguindo os seguintes objectivos: (1) disponibilizar serviços de atendimento aos cidadãos e empresas com recurso a tecnologias multicanal, que contribuam para a redução dos "custos públicos de contexto"; (2) promover a reengenharia de processos segundo uma perspectiva de gestão da qualidade; (3) reforçar a coesão territorial e criar redes de cooperação permanentes; melhorar a capacidade das autarquias para a monitorização e gestão do território e dos equipamentos colectivos; (4) desenvolver mecanismos de participação electrónica no exercício de cidadania; (5) consolidar a infra-estrutura tecnológica e TIC's de suporte à modernização da administração autárquica.

O primeiro objectivo (1) materializa-se nas actividades de promoção da interoperabilidade das aplicações informáticas municipais, como base para a disponibilização de informação agregada essencial ao processo de interacção com os cidadãos e empresas promovido através da actividade de balcão único físico e online, dotados de formulários electrónicos e de sistemas de autenticação e identificação electrónica com base no cartão de cidadão.

O segundo objectivo (2) consolida-se através das actividades de implementação de sistemas de gestão da qualidade e reengenharia de processos de licenciamento municipal, no contexto do licenciamento zero.

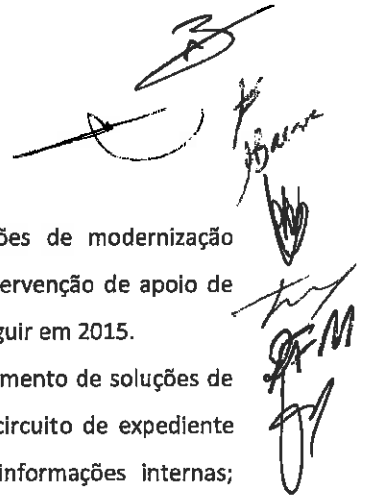
O terceiro objectivo (3) concretiza-se através da implementação das actividades de criação de uma plataforma de ensino assistido que possibilita a gestão integrada dos processos educativos, agregando ao nível regional informação crítica sobre a infra-estrutura e dinâmica educativa, propiciando a cooperação permanente entre os agentes públicos e privados da região, conseguida mediante a operacionalização de uma plataforma colaborativa que suporte as interacções essenciais à eficiência dos processos comuns.

O quarto objectivo (4) é desenvolvido através das actividades que visam criar, à dimensão da região, serviços partilhados de construção e optimização de um sistema de informação geográfica, como plataforma de monitorização e gestão do território, suportada no conhecimento dos recursos e nas dinâmicas do território, através da construção de uma plataforma que sustente os processos de gestão do conjunto de equipamentos colectivos existentes, facilitando a gestão integrada e comparada indutora de boas práticas e sua disseminação. A inovação também ocorre ao nível da gestão do território, nomeadamente ao nível da utilização das TIC e dos telemóveis como instrumentos de gestão total do processo de estacionamento à superfície.

O quinto objectivo (5) é concretizado através da aplicação para dispositivos móveis que possibilita a comunicação fácil e cómoda de ocorrências que requerem a intervenção municipal e da disponibilização de funcionalidades que permitem a participação pública na discussão de temas comunitários, integrando-se aplicações destinadas à gestão de documentos em papel, construção e disponibilização de indicadores de gestão e hardware.

O projecto de modernização administrativa compreende também a ligação de edifícios municipais em fibra óptica, constituindo-se uma única infra-estrutura municipal de comunicações, implementação do sistema de controlo de assiduidade, aquisição de aplicações de backoffice da Medidata, implementação de redes wi-fi, criando-se uma rede que complementa as redes físicas existentes (redes cabladas) nos edifícios municipais, e desenvolvimento e actualização dos sítios da Internet dos Municípios (portais municipais).





Neste enquadramento, e no sentido de ser melhorada a implementação das soluções de modernização administrativa que foram adquiridas nos últimos anos, tem vindo a ser prestada uma intervenção de apoio de proximidade através de uma equipa técnica conjunta da AMTQT e Medidata, que vai prosseguir em 2015.

Esta intervenção de proximidade assenta, essencialmente, na implementação e desenvolvimento de soluções de modernização administrativa que abarcam os seguintes domínios: desmaterialização do circuito de expediente geral e, em caso aplicável, correspondente ligação com a elaboração de ofícios e informações internas; desmaterialização dos circuitos das facturas e ordens de pagamento; agilização de procedimentos no balcão único, incluindo a desmaterialização do preenchimento de requerimentos; desmaterialização de acções ao nível do armazém e aprovisionamento; estruturação de funcionamento e disponibilização de intranet; optimização da aplicação de pessoal.

Após este trabalho de backoffice, fundamental para a organização interna, estarão reunidas condições para que a modernização administrativa possa avançar para a desmaterialização de procedimentos do urbanismo, disponibilização de serviços on-line, assim como intervenções noutros âmbitos que se considere pertinente.

### 2.3 Canil Intermunicipal da Terra Quente Transmontana

Actuando no domínio da saúde pública e do meio ambiente, a associação tem vindo a efectuar a gestão do Centro de Recolha Oficial Intermunicipal de animais de companhia da Terra Quente Transmontana com Unidade de Incineração, considerado um modelo de recepção e acolhimento de animais, tendo como objectivo racionalizar recursos, rentabilizar a infra-estrutura e contribuir para uma maior responsabilização da sociedade para com os animais de companhia.

No âmbito da actividade de recepção de canídeos, continua a ser crescente o número de entregas de animais provenientes das capturas municipais nas instalações do Canil Intermunicipal, destacando-se o esforço contínuo das autarquias da Terra Quente Transmontana bem como das autarquias vizinhas, para com a saúde pública.

Relativamente a entidades protocoladas, neste momento encontram-se protocoladas 5 entidades, com entregas efectivas (Municípios de S. João da Pesqueira e de Valpaços, Clínica Dr. 4 Patas, Ascendi Douro e Operestradas XXI).

Ao nível da actividade de sensibilização para a posse responsável e para as adopções de animais de companhia, foram efectuadas campanhas de sensibilização e visitas no sentido de não baixar as taxas alcançadas em anos anteriores, todavia, os resultados provisórios de 2014 revelam necessidade de avaliação destas medidas, em conjunto com os municípios, e tomada de decisão sobre acções de melhoria quer das acções de sensibilização, quer de divulgação, através do site, por forma a tornar os resultados da adopção eficazes.

A Unidade de Incineração de cadáveres de animais de companhia anexa ao Centro de Recolha Oficial, tem vindo a operar com licenciamento, desde meados de 2008, tendo-se registado, até à data, a incineração de cerca de 88000Kg de cadáveres de animais. Já a obtenção da extensão da autorização da Unidade de Incineração anexa ao canil para incineração de cadáveres de aves e de coelhos, obtida da DGV, em 2010, apesar de ter sido um serviço



solicitado por vários municípios, e encontrando-se já disponibilizado pela AMTQT às unidades do tipo aviários e cuniculturas da região, não regista, em 2014, quaisquer dados.

Nos próximos anos, continuará a ser preocupação e necessidade da AMTQT, enquanto entidade gestora da infraestrutura do Canil com Unidade de Incineração, garantir a prestação dos serviços indispensáveis às autarquias, disponibilizando novas valências permitindo, assim, racionalizar recursos e rentabilizar a infra-estrutura envolvendo, também, outras entidades para além dos municípios associados, autarquias vizinhas, clínicas privadas e concessionárias de auto estradas.

As permanentes exigências em termos de manutenção e sustentabilidade do Centro de Recolha Oficial Intermunicipal de Animais de Companhia da Terra Quente Transmontana, e da Unidade de Incineração, justificam a adopção de medidas preventivas potenciadoras da melhoria do funcionamento destas infraestruturas. Assim, e em face dos resultados positivos obtidos com as medidas implementadas no último ano, em particular no que diz respeito ao consumo de água, pretende-se continuar a monitorização mensal de água consumida, por forma a poder actuar em caso de anormais variações de consumo deste bem, cuja disponibilidade a partir do furo artesiano é caracterizada pela elevada incerteza e crescente escassez. Uma outra preocupação presente, e intrinsecamente relacionada com a questão do abastecimento de água, tem a ver com a drenagem das águas residuais produzidas nas instalações, e em particular no que diz respeito ao pré-tratamento das mesmas, pretendendo-se por isso proceder à elaboração de um estudo que defina as medidas apropriadas à resolução dos problemas havidos com o pré-tratamento através do tamisador ali instalado.

Em matéria de segurança, pretende-se implementar um sistema de vídeo vigilância no edifício e nos espaços exteriores.

No que diz respeito à Unidade de Incineração, refira-se a necessidade urgente de reparação de algumas patologias existentes ao nível da envolvente exterior do edifício, em particular na cobertura, procedendo-se para tal e desde já à elaboração de estudo caracterizador das anomalias e definidor das medidas a implementar.

É ainda previsto o reforço da implementação de planos de manutenção de equipamentos existentes no Canil e na Unidade de Incineração, os quais conjugados com a elaboração das Medidas de Autoprotecção permitirão dotar estas instalações de ferramentas de controlo e monitorização das condições de funcionamento e segurança.

## 2.4 Formação

Tendo em conta a panóplia de alterações legislativas e as necessidades de reconversão aliadas à inovação organizacional, pela introdução de novas tecnologias e novos modelos organizacionais e comportamentais, o reforço das competências dos recursos humanos, torna-se fulcral no seio de qualquer organização.

Face ao exposto, prevê-se para o ano de 2015, a execução de acções de formação que vão ser o resultado de um diagnóstico efectuado junto dos Municípios, procurando desta forma acompanhar a reorganização dos serviços, bem como todas as alterações recorrentes dos processos de mudança em curso.

## 2.5 Modernização da Recolha e Tratamento de Resíduos



Desde 2003 que a Associação não actua directamente na área de recolha e tratamento de resíduos sólidos, nomeadamente na recolha indiferenciada e selectiva, estando esta tarefa a cargo da empresa Intermunicipal Resíduos do Nordeste, EIM, criada especificamente para este fim.

Em 2009 a Resíduos do Nordeste solicitou à Associação que analisasse uma proposta de facturação directa por parte daquela empresa aos municípios da Terra Quente Transmontana. Tal proposta foi aceite pelo Conselho Directivo da Associação pelo que desde Janeiro de 2010 os serviços correntes relativos a resíduos sólidos já não são facturados à Associação. No entanto, o peso orçamental e financeiro destes serviços continuará a ter grande expressão no orçamento da Associação já que são de orçar as despesas em dívida à Resíduos do Nordeste. Para o ano económico de 2015 o orçamento para a prestação de serviços correntes nesta área representa um montante na ordem dos 1.452.626,08€.

## 2.6 Mapas e Área de Ruído

No âmbito das competências atribuídas aos Municípios constantes no Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, a AMTQT criou e tem mantido em actividade a área de assessoria técnica alusiva ao Ruído.

Neste enquadramento, à semelhança dos anos anteriores, a Associação dará prossecução ao trabalho de assessoria técnica aos Municípios da Terra Quente Transmontana no âmbito da temática do ruído, em resposta a reclamações de incomodidade apresentadas às autarquias, efectuando avaliações acústicas, que englobam a realização de medições de ruído e elaboração do correspondente relatório, para verificação do cumprimento do critério de incomodidade, determinando o grau de conformidade para com o estipulado no RGR.

Ainda nesta temática, em 2006 foram elaborados os mapas de ruído da Terra Quente Transmontana, ferramenta estratégica de análise e planeamento, que foram executados com o apoio financeiro do então Instituto do Ambiente, entidade equivalente à actualmente designada Agência Portuguesa do Ambiente. Contudo, devido à alteração legislativa com a publicação do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, em 2008 houve necessidade de proceder à adaptação dos mapas de ruído existentes aos novos indicadores definidos de acordo com o prescrito no RGR.

Este instrumento de ordenamento, parte integrante dos PDM's, possibilita um planeamento estratégico, sem descurar o bem-estar associado à temática do ruído, permitindo proceder à fiscalização, controlo e definição de áreas críticas de poluição sonora, bem como constitui uma ferramenta importante para os Municípios, auxiliando na adopção de medidas no sentido de diminuir os níveis sonoros em zonas onde se revele prioritário elaborar um plano municipal de redução de ruído, conforme previsto no Regulamento Geral do Ruído.

## 2.7 Sistema Intermunicipal de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

Constituindo a saúde dos trabalhadores um valor social relevante que potencia a produtividade e o desenvolvimento sustentado das organizações, no âmbito da actividade de higiene, segurança e saúde, prevê-se para a AMTQT e os municípios associados a realização de um conjunto de intervenções que visam a protecção e a promoção da saúde dos colaboradores nos locais de trabalho, favorecendo a motivação e realização profissional, nomeadamente:



ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA  
TERRA QUENTE TRANSMONTANA

- Definição de um conjunto de procedimentos de modo a sistematizar a actividade de HST com vista à certificação;
- Vigilância da Saúde dos trabalhadores através da realização dos exames médicos aos colaboradores dos Municípios e da AMTQT;
- Elaboração de Planos de Prevenção e de Emergência para edifícios sob alçada dos Municípios;
- Actualização das avaliações de riscos a que estão expostos os colaboradores no seu local de trabalho;
- Promoção de acções de formação e sensibilização em SHST;
- Implementação de um plano de auditorias internas de segurança a obras por administração directa dos municípios;
- Coordenação da segurança e higiene no trabalho em obras.

*[Handwritten signatures and initials]*

## 2.8 SIG - INTERMUNICIPAL

A AMTQT está a desenvolver uma Infraestrutura de Dados Espaciais – IDE, que consiste num conjunto de tecnologias, políticas, padrões e recursos humanos necessários para adquirir, processar, armazenar, distribuir e aumentar a utilização de dados espaciais. Esta infraestrutura será transversal aos municípios associados, tendo em conta as diversas realidades locais, reproduzindo uma imagem actualizada e pormenorizada do território, por forma a facilitar a sua gestão.

Com a criação da referida infra-estrutura de SIG a AMTQT pretende:

- Criar um repositório central de SIG de acesso a todos os técnicos, baseado em tecnologia Open Source;
- Racionalizar o parque informático de apoio ao SIG (servidores);
- Abandonar softwares proprietários de elevado valor de licenciamento, contribuindo assim para a contenção de custos dos municípios e da AMTQT;
- Definir um modelo de dados SIG;
- Criar visualizadores de informação SIG, transversais a toda a autarquia;
- Criar e consolidar uma equipa de trabalho intermunicipal.

Neste sentido tem sido executado um trabalho de BackOffice por parte dos técnicos de SIG e Informática por forma a criar uma base de dados consolidada, baseada em softwares opensource. Assim, o primeiro passo foi migrar para o sistema de referência de toda a cartografia vectorial existente para o sistema de referência recomendado pelas normas europeias da Directiva INSPIRE que impõe para a Europa a utilização de um novo sistema de referência, PT- TM06/ETRS 89 – European Terrestrial reference system 1989, com o principal objectivo de estabelecer a interoperabilidade dos dados.

Actualmente, e continuando com o trabalho de BackOffice, será executada a:

- Introdução da cartografia homologada na nova base de dados;
- Introdução de cartografia temática;
- Criação de normas e procedimentos SIG;
- Codificação de toda a informação geográfica existente e a que será criada;



- Definição de novos projectos intermunicipais nas áreas de Património Municipal Imóvel, Rede Viária, entre outros;
- Criação de visualizadores temáticos.

Toda esta informação irá funcionar como um repositório central que servirá de base de trabalho, actualizada e reflectindo a realidade territorial de cada município.

## 2.9 Rede Comunitária de Banda Larga da Terra Quente Transmontana

A Rede Comunitária de Banda Larga da Terra Quente Transmontana continua a assumir-se como um activo tecnológico da Associação revestido de mais-valias que num futuro próximo beneficiarão toda a população da Terra Quente Transmontana e da região do Nordeste Transmontano.

### Criação de redes wifi nas sedes de concelho

Criar zonas de acesso à internet sem fios, em locais públicos, como por exemplo jardins, praças, zonas de verdes, museus, zonas históricas, parques de campismo, etc., com duas finalidades:

- Acesso à internet, ou;
- Divulgação de pontos de interesse dos municípios, como por exemplo restaurantes, museus, eventos, rotas turísticas, etc.

Numa primeira fase, pode ser criada uma zona/local por município.

### Criação de redes wifi nas freguesias

Criar zonas de acesso à internet sem fios, nas freguesias próximas do traçado da RCBLTQT e de maior população.

Numa primeira fase, pode ser criada uma rede sem fios na freguesia de maior população por cada município.

### Expansão da RCBLTQT

Com a criação da RNG Rurais da zona Norte, levada a cabo pela DStelecom, todos os municípios da CIM-TTM, ficam ligados entre si por fibra óptica. Aproveitando as interligações já existentes com a RCBLTQT, tornou-se viável a extensão dos serviços prestados pela AMTQT aos restantes municípios da CIM, no que às comunicações diz respeito.

Projectos como "Internet nos Municípios", "Email Corporativo", "Telefone VoIP", "Cloud Privada" ou "Virtualização de Desktop's", etc, são agora possíveis nos 10 municípios da região, e apenas a partir do Datacenter da RCBLTQT, contribuindo fortemente para a melhoria dos serviços prestados com uma significativa diminuição de custos em matéria de comunicações.

### Internet nos Municípios



Foi contratado com a REFER Telecom, uma ligação de Internet com 100Mb simétrico, sem taxa de contenção. Esta ligação permitirá fornecer este serviço a todos os Municípios, com largura de banda, superior à existente.

#### **Email Corporativo**

A proposta consiste em dotar o Datacenter da AMTQT de uma solução de mail, de modo a poder fornecer a todos os Municípios, contas de correio electrónico, sem haver necessidade de contratar externamente este serviço.

#### **Telefone VoIP**

A voz sobre Internet (Voice over Internet Protocol - VoIP) é uma tecnologia que permite ao utilizador estabelecer chamadas telefónicas através de uma rede de dados, convertendo um sinal de voz analógico num conjunto de sinais digitais, posteriormente enviados através de uma ligação à Internet sob a forma de pacotes com endereçamento IP.

Pretende-se assim, iniciar a implementação de uma solução de VoIP. Esta solução permitirá aos Municípios uma redução nas facturas mensais de comunicações, em cerca de 50%.

#### **Interligação de Edifícios**

Alargar o projecto executado no âmbito do programa SAMA – Trás-os-Montes XXI – Região Digital, em que foram ligados 40 edifícios municipais, para outros edifícios que não foram incluídos no programa anterior.

#### **Cloud Privada**

Implementação de uma infra-estrutura de Cloud, permitindo aos Municípios a segurança, partilha, alta disponibilidade, capacidade de expansão, mobilidade, sem ser colocada em causa a privacidade da informação.

#### **Virtualização de Desktop**

Baseado na Infra-estrutura de Cloud Privada, implementar uma solução que permita virtualizar os desktop dos Municípios. Esta solução permite um ganho de eficácia e eficiência. A centralização dos “ambientes de trabalho” dos utilizadores permite que seja feito o login de qualquer ponto, diminuindo os custos com licenciamento de software, upgrade de hardware bem como uma diminuição considerável nos consumos de energia.

### **2.10 Sistema de Gestão da Qualidade na AMTQT**

No âmbito da actividade de promoção e desenvolvimento dos municípios seus associados, foi opção estratégica da direcção da AMTQT a implementação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) com base na abordagem por processos, visando a melhoria contínua dos serviços prestados pela AMTQT aos municípios e, em última análise, à comunidade envolvente.

O processo de certificação da qualidade, que se desenvolveu ao longo de dois anos, no âmbito do projecto financiado “Trás-os-Montes XXI – Região Digital”, no sentido de fomentar o desenvolvimento da Sociedade da Informação na região, promovendo a transparência, simplificação, reengenharia e desmaterialização de processos,



qualificando o atendimento nos serviços da Administração Pública Local, racionalizando estruturas e apostando na modernização tecnológica, culminou com a emissão do certificado de conformidade NP EN ISO 9001:2008, em Fevereiro de 2013.

Em Março de 2014 a SGS ICS confirmou a Manutenção da Certificação da AMTQT, na sequência da realização da 1ª Auditoria de Acompanhamento, realizada a 19 e 20 de Dezembro de 2013, para o âmbito do Sistema de Gestão Certificado, cobrindo todas as actividades desenvolvidas pela associação, designadamente: Estudos e Projectos Técnicos de Arquitectura e Engenharia, Fiscalização de Empreitadas de Obras Públicas, Topografia, Assessoria e Assistência Técnica; Análise e Verificação da execução Física e Financeira dos Fundos comunitários na Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes (CIM - TM); Implementação e Coordenação de Projectos de Investimento Intermunicipal; Gestão do Centro de Recolha Oficial - Canil Intermunicipal.

Os resultados positivos têm demonstrado que a AMTQT assegura as condições que sustentaram a atribuição da certificação, bem como os deveres associados a este reconhecimento, designadamente, o comprometimento da gestão de topo e dos colaboradores na procura da melhoria contínua das suas práticas, a monitorização contínua dos indicadores, de forma a poder corrigir eventuais desvios das metas.

Como objectivos para o próximo ano, a Associação propõe-se:

- Confirmar a manutenção da certificação para toda a sua actividade, incluindo o novo âmbito "Gestão da Rede Comunitária de Banda Larga da Terra Quente Transmontana" cujo processo será avaliado através de auditoria externa durante o mês de Novembro de 2014;
- Verificar a melhoria efectiva dos resultados do SGO, quer através da realização de auditorias internas, com recurso à bolsa de auditores, assim como com a contratação de serviços de auditorias de acompanhamento externas;
- Continuar a melhorar o funcionamento da organização nos seus diferentes níveis reduzindo o tempo de resposta às solicitações dos Municípios;
- Implementar uma cultura de Melhoria Contínua, baseada na transparência, na comunicação e na participação dos colaboradores.

Os serviços prestados pela AMTQT continuarão a ser, em 2015, avaliados pelos municípios, através de inquérito anual com duas vertentes, de carácter político e técnico, permitindo à Associação, desta forma, ir ao encontro dos anseios de cada município.

A equipa qualidade constituída continuará, no decurso do próximo ano, a executar a gestão do sistema, através das actividades planificadas no plano de acção, consubstanciadas nos normativos em vigor e na metodologia conhecida por PDCA (Plan-Do-Check-Act): Planear e estabelecer objectivos; Implementar os processos; Monitorizar e Reportar resultados e Empreender acções para melhorar continuamente o desempenho dos processos, tendo em vista o cumprimento das metas para os objectivos traçados.



## 2.11 Bolsa de Auditores Internos

No decorrer do projecto de “Reengenharia de processos e implementação de um sistema de gestão da qualidade nos municípios da terra quente transmontana”, que antecedeu a certificação, a AMTQT constituiu uma Bolsa de Auditores Internos da Qualidade. A Bolsa de Auditores é composta por 18 auditores internos provenientes dos 5 municípios e da Associação e com competências nas várias áreas a auditar.

Ao longo do ano de 2014, à semelhança dos três anteriores, foram feitas auditorias internas nos vários municípios e na AMTQT recorrendo à bolsa. Deste modo foi possível dar cumprimento a um requisito da norma NP EN ISO 9001:2008, que obriga a fazer pelo menos a uma auditoria interna por ano a cada uma das entidades.

A AMTQT pretende dar continuidade a este projecto, que se revelou muito útil no processo de avaliação dos SGQ implementados, e se possível aumentar o nº de auditores inscritos na bolsa.

## 2.12 Zasnet

O Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial, ZASNET, AECT, integra, como membros fundadores: de Portugal, a Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano, a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana. De Espanha, são membros fundadores o Ayuntamiento de Zamora e as províncias de Zamora e Salamanca representadas pelas respectivas Diputaciones Provinciais.

Tem como objectivos específicos da cooperação os seguintes:

- a) Articular o espaço comum e promover as relações transfronteiriças entre os membros do AECT, ZASNET nos domínios tradicionais de cooperação: meio ambiente, turismo, cultura e desenvolvimento empresarial, promover a concentração de esforços nas áreas temáticas prioritárias e nas quais se exerceu uma histórica tradição de cooperação entre os membros do AECT;
- b) Implementar a cooperação territorial transfronteiriça nas políticas locais de cada membro, para ser utilizada como ferramenta de desenvolvimento de todo o território ZASNET;
- c) Colaborar com a Comunidade de Trabalho Bragança-Zamora e a Comunidade Territorial de Cooperação do Douro Superior-Salamanca, assim como com outras entidades territoriais de âmbito regional e local na execução de projectos de cooperação;
- d) Promoção do território AECT, ZASNET no exterior para a valorização das potencialidades e recursos próprios;
- e) Fixação da população e geração de sinergias para atrair novos habitantes ao território e contribuir para inverter as tendências demográficas negativas mediante distintas estratégias de cooperação do programa ZASNET, AECT.

São projectos em curso e com continuidade no ano 2015:

- O Plano Estratégico de Cooperação e Desenvolvimento Territorial, ZASNET 2020;

Tendo em vista a preparação do próximo quadro comunitário, em particular no que se relaciona com a cooperação transfronteiriça, o ZASNET AECT decidiu realizar o seu Plano Estratégico de Cooperação e Desenvolvimento Territorial, denominado ZASNET 2020. Englobando os territórios de Alto Trás-os-Montes, Douro e Beira Interior Norte, em Portugal, e de Zamora e Salamanca, em Espanha, este Plano pretende dar um contributo significativo





para o desenvolvimento de projectos conjuntos que contribuam para as prioridades da Estratégia Europa 2020: um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

- A candidatura à UNESCO para a criação de uma Reserva da biosfera transfronteiriça-Meseta Ibérica

Este projecto teve como objectivo a candidatura conjunta à UNESCO para a criação da maior Reserva da Biosfera da Europa, num território que se estende de Bragança, em Portugal, a Salamanca, em Espanha.

A Declaração de Reserva de Biosfera Transfronteiriça tem como principal objectivo a conservação e protecção das áreas naturais transfronteiriças inseridas na Rede Natura 2000 e a definição dos recursos naturais para a gestão conjunta dos seus recursos, reforçando a cooperação entre os territórios e as autoridades de Portugal e Espanha.

- Micosylva+

A finalidade de MicosylvaPlus é a aplicação no espaço Sudoeste de uma gestão multifuncional durável dos espaços florestais que integre e valorize as funções ecológicas, sociais e económicas dos cogumelos. Este projecto é coerente com os objectivos da 4ª conferência ministerial para a protecção das florestas na Europa (Viena, 2003), "favorecendo a viabilidade económica da gestão florestal durável através de novas soluções complementares ao produto "madeira", reforçando as dimensões sociais e culturais da silvicultura, e aumentando a diversidade biológica das florestas".

Para responder a este desafio, os objectivos do projecto são:

- i. Difundir a micossilvicultura a partir de recursos desenvolvidos em Micosylva;
- ii. Difundir modelos de valorização socioeconómicos.

- O 3º CONCURSO HISPANOLUSO MICOGASTRONÓMICO

Através desta actividade pretende-se promover a micossilvicultura e a valorização dos cogumelos silvestres comestíveis como factor de sustentabilidade e de multifuncionalidade florestal, aprovado no âmbito do Programa de Cooperação Territorial SUDOESTE.

### 2.13 Protocolo com a Companhia de Dança do Norte (CDN)

Protocolo de Colaboração entre a Companhia de Dança do Norte e a AMTQT, com vista à criação de actividades de formação, apresentação e desenvolvimento de públicos e a criação artística na área da dança, para as escolas e cidadãos. Tem vindo a ser desenvolvido, desde Março de 2013, nos Municípios de Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros e Vila Flor.

No âmbito da implementação do protocolo, as actividades desenvolvidas nos municípios são:

- Apresentação de Espectáculo, Palestra e Demonstração Coreográfica tendo como principal objectivo motivar e divulgar as formações na dança que a companhia realiza nas autarquias. Estes espectáculos têm divulgação através de cartaz, divulgado pelos municípios e associação, nos meios disponíveis, no sentido de ser difundida pelo maior número de pessoas, escolas e público em geral.



- Formação contínua na dança moderna e contemporânea, com a duração de 2 horas semanais, por Município, destinada, essencialmente, a alunos do secundário e tem como objectivo munir os alunos de técnicas básicas da dança.

A formação pretende incentivar nos alunos a criatividade, a consciencialização corporal, o seu desenvolvimento coreográfico a partir da aprendizagem das linguagens de movimento, aumentar a sua confiança e auto-estima.

Espera-se, no próximo ano, a continuidade das actividades de formação em dança contemporânea, a realização de ensaios abertos com a Companhia, nas escolas, e uma apresentação (espectáculo) com a companhia e com os alunos, por Município.

#### 2.14 Apoio da AMTQT à CIM-TM/CIM-TTM – Gestão do ON2 e outros

O Plano Territorial de Desenvolvimento (PTD) de Trás-os-Montes levado a cabo pela Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes (CIM-TM) no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013 (ON.2) encontra-se na sua fase de encerramento, estando em curso a sua avaliação. O Núcleo de Mirandela da CIM-TM assumiu um importante papel na execução do PTD levando a cabo diversas tarefas, designadamente a análise e verificação de pedidos de pagamento bem como a realização de visitas aos locais para comprovar a realização física e financeira das operações contratadas dos quinze Municípios que a constituíram, designadamente Alfândega da Fé, Boticas, Bragança, Chaves, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços, Vila Flor, Vila Pouca de Aguiar, Vimioso e Vinhais.

Estando em curso a preparação do novo quadro comunitário para o período 2014-2020, e em particular para a região Norte o Programa “Norte 2020”, a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM) encontra-se a definir o seu Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal (PEDI). A CIM-TTM resultou da cisão da CIM-TM e é constituída pelos municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vimioso, Vinhais e Vila Flor. Na prossecução da implementação e execução do PEDI, o Núcleo de Mirandela da CIM-TTM continuará a desempenhar um papel importante com a execução das tarefas necessárias. Este núcleo encontra-se sediado nas instalações da AMTQT e para a execução da sua actividade tem desde já afectada uma técnica superior desta Associação, ao abrigo de um protocolo estabelecido entre a AMTQT e a CIM-TTM e de um acordo de afectação de recursos e meios.

Paralelamente à actividade desenvolvida no processo da execução futura do PEDI, o Núcleo de Mirandela da CIM-TTM presta também assessoria técnica nas seguintes tarefas:

Elaboração de documentos e assuntos relacionados com a Contabilidade, em conjunto com o Núcleo da Terra Fria, designadamente preparação dos documentos de prestação de contas, dos documentos previsionais (Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos), incluindo a prestação de informações a diversas entidades, nomeadamente, à DGAL, IGF e Tribunal de Contas;

Procedimentos de contratação pública, designadamente a elaboração de convite e especificações técnicas ou programa de concurso e caderno de encargos, análise de propostas, audiência prévia com elaboração do relatório preliminar, relatório final e adjudicação.



## 2.15 Apoio da AMTQT à ADRVT-Associação

A Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua – Associação ADRVT foi constituída em 1 de Junho de 2012 e integra actualmente os municípios de Alljó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça, Vila Flor e ainda a EDP-Gestão de Produção de Energia, S.A.

A agência é uma associação sem fins lucrativos e com características de utilidade pública que se encontra a promover um conjunto de iniciativas capazes de valorizar os recursos endógenos e de aproveitar as oportunidades criadas pelo Aproveitamento Hidroeléctrico de Foz Tua (AHFT).

Esta iniciativas passam nomeadamente por:

- Promover projectos estruturantes relevantes para a região do Vale do Tua – projectos que pela sua relevância viabilizem outros projectos de natureza económica inclusivamente projectos com escala supra municipal de que é exemplo o **Plano de Mobilidade** e a criação do **Parque Natural Regional do Vale do Tua**;
- Fomentar e coordenar acções de natureza económica, social, cultural e ambiental, decorrentes da Declaração de Impacte Ambiental do Aproveitamento Hidroeléctrico de Foz do Tua, a promover e desenvolver entre a EDP e os agentes locais envolvidos;
- Actuar na criação de emprego e riqueza, através do incentivo ao surgimento de novos projectos económicos – apoio de proximidade ao empreendedorismo regional, nas diferentes fases – Ideia, projecto, arranque e consolidação – e no enquadramento em sistemas financeiros de apoio diversos que permitam atrair investimentos externos. A agência irá promover a **3.ª edição do Programa de Empreendedorismo** e que se irá prolongar durante o ano de 2015. Paralelamente, a ADRVT tem intenção de promover outras **Iniciativas de apoio à sustentabilidade rural** que gerem postos de trabalho e fomentem o desenvolvimento de actividade económica;
- Valorizar os recursos locais e regionais afectos ao turismo em todas as suas vertentes – Turismo da Natureza, Cultural, Náutico e de Saúde e Bem-Estar – bem como o aproveitamento turístico das Aldeias Ribeirinhas. A agência continuará a promover a **Valorização do Património**, acompanhando os projectos que serão alvo de intervenção por parte da Direcção Regional de Cultura do Norte. Irá ser desenvolvido ainda o **Centro Interpretativo do Vale do Tua**.

A agência tem como fonte de financiamento a dotação por parte da EDP de um fundo próprio destinado a assegurar o seu funcionamento.

Paralelamente, a agência assinou um Protocolo com o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) com vista a assegurar que cerca de três quartos dos contributos financeiros da EDP para o Fundo da Conservação da Natureza, efectuados no âmbito do AHFT, sejam canalizados para a região.

A ADRVT-Associação assinou com a AMTQT um protocolo que tem como objectivo congregar os interesses, concertar as actividades e capacidades de forma a gerar complementaridade entre elas, com vista ao



estabelecimento das condições que garantam os recursos e os meios que a ADRVT-Associação necessita para o desenvolvimento da sua actividade.

Assim sendo, as duas associações celebraram em 2014 um contrato de comodato para utilização de espaço e um contrato de prestação de serviços nas áreas administrativa, financeira e técnica, possibilitando à ADRVT-Associação o uso exclusivo de certas áreas e o uso partilhado de outras áreas comuns, bem como a prestação de serviços associados às instalações em causa.

## 2.16 Protocolo com a DECO

A Associação de Municípios e a DECO procederam à Assinatura de um Protocolo de Colaboração no âmbito da formação, informação e protecção do consumidor, em 14 de Dezembro de 2011, com vista ao reforço da cidadania dos municípios e salvaguarda do direito dos consumidores, através da promoção da informação, sensibilização, aconselhamento jurídico, mediação e acompanhamento aos municípios em matéria do direito do consumo e sobreendividamento, acções de formação dos técnicos autárquicos responsáveis, constituição de um conselho consultivo municipal de consumo e criação de base de dados e arquivos.

Nesta sequência, foram constituídos, em 2012, nos cinco municípios associados, Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Vila Flor, Gabinetes de Apoio ao Consumidor/sobreendividado (GAC's), localizados nas Câmaras Municipais.

No âmbito da implementação do protocolo, destaca-se a execução das actividades:

Apoio ao consumidor – Têm vindo a ser tratadas pelo Gabinete de Apoio ao Consumidor da DECO em articulação com os técnicos municipais reclamações de consumidores residentes nos municípios integrantes da Associação de Municípios; que consubstanciaram denúncias, pedidos de informações e processos de mediação. Os temas mais reclamados foram telecomunicações, bancos, serviços de interesse geral (serviços públicos essenciais).

Uma das valências do Protocolo firmado entre a DECO e a AMTQT foi a de privilegiar a informação/formação dos municípios. Para cumprimento desse desiderato e na sequência da metodologia que já vinha sendo adoptada no ano anterior, por acordo das Partes, realizaram-se acções informativas e de sensibilização, tendo por base uma das temáticas mais importantes e actual dos serviços públicos essenciais: "a mudança de comercializador de electricidade e gás natural do mercado regulado para o mercado liberalizado", salientando-se as principais repercussões desta factualidade sobre os consumidores. Por forma a haver uma maior, intensa e relevante divulgação dos esclarecimentos junto dos municípios, os aludidos eventos têm coincidido com a realização de Feiras, com expressão não só local, mas nacional. Assim, organizaram-se sessões informativas em Mirandela, por



ocasião da inauguração da “Feira da Alheira “ e em Macedo de Cavaleiros, integrada na “Macedo Mostra”. Em Alfândega da Fé, realizou-se uma sessão informativa comemorativa do Dia Mundial da Poupança.

Houve igualmente contactos com os diversos meios de comunicação locais, mormente para publicação de artigos em jornais regionais, destacando-se, também, a entrevista e cobertura de evento por parte do Porto Canal (TV).

Apoio ao Sobreendividado - Durante este ano também tem sido desenvolvido o trabalho do Gabinete de Apoio ao Sobreendividado da DECO em articulação com os gabinetes locais, de informação aos munícipes e de mediação extrajudicial de situações de sobreendividamento, destacando-se Alfândega da Fé pelo maior número de pedidos de informação e acompanhamento de processos de Sobreendividamento.

A mediação e negociação extrajudicial têm incidido, para além dos créditos à habitação, créditos pessoais, crédito automóvel ou cartões de crédito, nas situações de dívidas de serviços públicos essenciais, face à dificuldade sentida por algumas famílias no pagamento, nomeadamente de energia eléctrica, tendo sido possível na maior parte dos casos estabelecer acordos de pagamento.

Foi ainda prestado informação sobre procedimentos a adoptar em situações de incumprimentos de crédito ou perspectivas de entrada em incumprimento, face a nova legislação de apoio a famílias em situação económica muito difícil: PARI, PERSI e lei 58/2012, de 9 de Novembro.

Ao longo do próximo ano, levar-se-ão a efeito outras sessões informativas, designadamente em temáticas que os municípios entendam eleger, face às necessidades dos munícipes, assim como formação/accompanhamento aos técnicos das autarquias e apoio aos consumidores/sobreendividados.

Continuar-se-á, igualmente, o trabalho de divulgação dos gabinetes de apoio ao consumidor e sobreendividado das autarquias, para uma maior adesão dos munícipes a este meio de defesa dos direitos e interesses dos consumidores, quer através dos sites, como nas juntas de freguesia e ainda dos meios locais de comunicação social e/ou outros potenciais dinamizadores da informação.

Com o objectivo de promover um uso eficiente de energia eléctrica, a DECO vai implementar o projecto “Energia Fantasma” e nesse âmbito, pretende privilegiar e visitar os concelhos pertencentes à Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, tendo em conta os laços institucionais existentes.

A equipa do Caça Desperdícios da Delegação Regional do Norte da DECO vai realizar acções dirigidas à comunidade em especial para os consumidores mais vulneráveis e vai também visitar as escolas para realizar animações dirigidas aos alunos do 2º e 3º ciclo do ensino básico e do ensino secundário.

## 2.17 Agência de Energia, Eficiência Energética, Fornecedor de Energia Eléctrica.

Com a entrada em vigor do novo Quadro de Referência Estratégico Nacional, QREN 2014-2020, surgirão oportunidades únicas para a implementação de medidas e tecnologias com vista à redução de consumos.



Está nas competências da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana a gestão de consumos de energia eléctrica dos seus associados, Municípios de Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Vila Flor, tanto da Iluminação Pública como nos edifícios públicos municipais, tendo implementado nos últimos 5 anos várias medidas de redução de consumo de energia eléctrica de âmbito intermunicipal.

Sob o lema "Só é possível gerir apenas o que se conhece", é urgente cadastrar todos os "consumidores" pertencentes a estes municípios, possibilitando de imediato, após estudo técnico, económico e ambiental, a identificação dos locais prioritários, bem como as tecnologias a aplicar.

É neste âmbito que a AMTQT pretende elaborar um "Plano de Acção para a eficiência energética no Sector da Administração Pública Local da Terra Quente Transmontana - período 2015-2020", abrangendo todos os locais de consumo existentes na TQT e afectos ao sector da administração pública local, com a definição das tecnologias, e existentes no mercado, a implementar e ganhos previstos com a sua implementação, bem como o seu enquadramento no esquema de incentivos do QREN 2014-2020 ou outros existentes.

Em paralelo, e no mesmo seguimento, com o plano referido atrás, prevê-se a georreferenciação de todas as instalações afectas aos municípios da TQT, com o objectivo de melhorar a sua identificação e localização.

No âmbito do programa PPEC, serão candidatadas à substituição das tecnologias de iluminação existente, em semáforos e em edifícios, para tecnologias mais eficientes.

A partir do levantamento topográfico que será fornecido pela EDP Distribuição, ainda este ano, será efectuado um cadastro de Iluminação Pública, possibilitando assim uma melhor gestão desta rede.

Relativamente à produção de energia eléctrica, nomeadamente na miniprodução e microprodução a partir de sistemas fotovoltaicos, e no seguimento do plano de acção já referido, serão analisados os apoios previstos na legislação em vigor, com vista a instalação destes sistemas em diversos edifícios da propriedade dos municípios.

Para finalizar, e inserido no programa de indicadores da Agência de Energia, será dada continuidade do cálculo da Matriz de Carbono de cada Município (consistindo este calculo no somatório de emissões de Dióxido de carbono das instalações Eléctricas, Gás e Combustíveis de Viaturas).

## 2.18 Actividades dos Serviços Técnicos da Associação

As actividades que os serviços técnicos da Associação desenvolvem continuam a enquadrar-se primordialmente na assessoria aos municípios integrantes nas variadas áreas designadamente ao nível dos programas de desenvolvimento e acompanhamento dos empreendimentos estruturantes que lhes são dirigidos. Este apoio traduz-se nos trabalhos de fiscalização de obras e emissão de pareceres técnicos, elaboração de projectos técnicos de engenharia e arquitectura e ainda pelos trabalhos de topografia.

Até à data os bons resultados alcançados só foram possíveis devido à dedicação e forte empenho do pessoal da Associação, contribuindo para manter um bom nível dos trabalhos desenvolvidos e reforçaram de tal modo a capacidade de intervenção da Associação que hoje podemos afirmar que todos os projectos estruturantes têm a nossa contribuição, especialmente aqueles que são objecto de participações comunitárias. Numa altura em que o Quadro de Referência Estratégico Nacional se encontra em plena execução o apoio dos nossos serviços técnicos, quer para os municípios quer para a própria Associação, continua a assumir-se como fundamental,



passando pelo apoio na elaboração dos processos para a submissão das mais diversas candidaturas e no acompanhamento e fiscalização em termos físicos e financeiros.

Em anexo é apresentado por município o conjunto de trabalhos a desenvolver durante o próximo ano de 2015 nas áreas de projecto técnico de arquitectura e engenharia, fiscalização e acompanhamento de empreitadas e topografia.

### 3. Nota Final

A Associação de Municípios enquanto entidade intermunicipal tem por objecto a promoção e o desenvolvimento de projectos que se enquadrem na estratégia de desenvolvimento económico, social e cultural da região da Terra Quente.

Para o atingir deste objectivo, a Associação tem ao longo dos anos procurado responder aos desafios que lhe são colocados tendo vindo a demonstrar a execução de um trabalho que vai de encontro às necessidades da região e às iniciativas dos seus municípios associados. É com este mesmo trabalho que a Associação continuará na prossecução dos seus objectivos.

*[Handwritten signatures and initials]*

## II – ORÇAMENTO 2015

À semelhança dos últimos anos, vem a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana apresentar os documentos previsionais para o exercício económico de 2015.

Os Documentos Previsionais exigidos pelo POCAL contemplam apenas informação do ponto de vista orçamental. Estes documentos consubstanciam-se nas Grandes Opções do Plano que incluem o Plano Plurianual de Investimentos (obrigatório) e no Orçamento que inclui o Resumo do Orçamento, o Orçamento da Receita e o Orçamento da Despesa.

Nas Grandes Opções do Plano são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico da entidade. A Associação define, em cada ano e por altura da elaboração dos documentos previsionais, os projectos que prevê executar num horizonte temporal de 4 anos.

Pela análise destes documentos, relativamente à Associação e para o ano económico de 2015, verificamos que cumprem a regra do equilíbrio orçamental disposto na alínea e) do ponto 3.1.1 do POCAL. De facto, o Orçamento da Receita (4.945.336,86 €) cobre a totalidade das despesas inscritas no Orçamento da Despesa (4.945.336,86 €) e as Receitas Correntes (3.990.811,64 €) são superiores às Despesas Correntes (3.466.835,54 €).

Relativamente à regra do equilíbrio orçamental, a Lei n.º 73/2013, de 03.09 que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais e que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2014, altera o seu actual conceito. O n.º 1 do seu artigo 40.º determina que *“Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.”* e o n.º 2 do mesmo artigo aponta para que *“Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.”* Assim, torna-se necessário que a receita corrente para além de cobrir a despesa corrente, acomode também a amortização média dos empréstimos de médio e longo prazos. Esta amortização média obtém-se dividindo o capital contraído pelo número de anos do contrato, independentemente do seu pagamento efectivo. Para o caso dos empréstimos em execução à data de entrada da lei, que é o caso do empréstimo contraído pela AMTQT junto da Caixa Geral de Depósitos em 16 de Julho de 2008, esta amortização média obtém-se dividindo o capital em dívida à data de 31 de Dezembro de cada ano pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato. No caso em concreto da AMTQT esta amortização média assume o montante de 244.176,51 euros.

O Orçamento das receitas e despesas para o exercício de 2015 apresenta um montante global de 4.945.336,86 €. As despesas correntes no montante de 3.466.835,54 € representam cerca de 70% do total da despesa e com um peso de 30% as despesas de capital assumem o valor de 1.478.501,32 €.

▪ O Orçamento da Receita é o documento que apresenta de uma forma detalhada a descrição da previsão anual de todas as receitas que a Associação espera arrecadar.





As receitas correntes assumem uma maior expressão do que as de capital constatando-se que as primeiras advêm em grande parte das transferências que se prevêem que os municípios associados efectuem (43,48%). Além destas transferências dos municípios as receitas correntes traduzem-se na obtenção de rendimentos de capitais (juros remuneratórios), em rendas provenientes da utilização da Rede de Banda Larga por parte de terceiros, nas transferências da Administração Central relativamente à comparticipação comunitária da parte que diz respeito às despesas correntes, dos proventos que advêm dos serviços prestados pelo Canil Intermunicipal e das transferências de Associações de Municípios, esperando-se que se efectivem para fazer face à cobertura em 100% das despesas de 1 técnica superior que está afecta à Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes através de Acordo de Afectação de Recursos e Meios/Mobilidade Interna que foi estabelecido. Em relação às receitas de capital prevê-se que tenham a sua origem repartida pelas transferências vindas da Administração Central (61,28%), e que dizem respeito à comparticipação comunitária do projecto SAMA 2 – “Trás-os-Montes XXI Mais-Modernização Administrativa e Tecnológica”. As transferências de capital que se prevêem que os municípios associados efectuem ao longo da execução dos diversos investimentos que a Associação execute são a outra fonte do financiamento (38,46%).

- O Orçamento da Despesa é o documento que apresenta de uma forma detalhada a descrição da previsão anual de todas as despesas que a Associação espera realizar.

A previsão das despesas com pessoal é de 826.978,55 € que representa 23,85% do total das despesas correntes previstas. Este montante revela um acréscimo de 12,37% em relação às despesas iniciais orçadas em 2014. Este aumento resulta essencialmente de dois factos: a) de em 2014 se ter previsto inicialmente a redução remuneratória aplicada às remunerações acima de 675,00 euros e que variavam entre 2,5% e 12%. Para 2015, a redução remuneratória regressa às normas vigentes em 2013, ou seja, aplica-se apenas às remunerações acima de 1.500,00 euros e existirá uma reversão da redução em 20%. Desta forma, o universo dos colaboradores da Associação que sofre a redução remuneratória é menor em 2015; b) em 2015 prevê-se a remuneração a pagar em 14 meses ao técnico de informática em regime de mobilidade interna, situação que em 2014 não estava prevista. Foram seguidos os procedimentos previstos no POCAL para a metodologia de elaboração do orçamento para esta tipologia de despesas, nomeadamente a análise dos contratos de trabalho vigentes à data de elaboração do presente orçamento. A presente proposta de orçamento de despesas com pessoal vai de encontro ao mapa de pessoal elaborado para o ano de 2015, o qual se anexa em respeito pelo disposto no n.º 4 do artigo 29.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20.06 (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas). De realçar as despesas com juros e outros encargos que têm um peso nas despesas correntes de 10,36%, uma vez que correspondem aos juros a pagar do empréstimo que a Associação contraiu para realização de capital do projecto da “Rede Comunitária de Banda Larga da Terra Quente Transmontana” iniciado já no ano de 2007 e os juros de mora a pagar à Resíduos do Nordeste pelo montante em dívida. Anexa-se igualmente o mapa de previsão com os encargos financeiros resultantes do pagamento de juros remuneratórios e amortização de capital. É de salientar que o valor da rubrica de subsídios à empresa intermunicipal Resíduos do Nordeste para tratamento de resíduos sólidos urbanos (1.452.626,08 euros) corresponde a 29,37% do valor total do orçamento e a 41,9% de todas as despesas correntes do orçamento da Associação.



Em termos de despesas de capital destacam-se os projectos inseridos nas diversas acções da operação contratada com o ON.2 – Novo Norte, “Trás-os-Montes XXI – Mais – Modernização Administrativa e Tecnológica”. Incluem-se também nas despesas de capital as licenças de *software* e aquisição de equipamento informático, a aquisição de equipamento para o Canil Intermunicipal, a aquisição de uma viatura e a despesa com a criação de redes sem fios em espaços públicos e com a expansão da Rede Comunitária de Banda Larga da Terra Quente Transmontana. O montante a amortizar do empréstimo bancário durante o ano de 2015 está inscrito na rubrica orçamental dos Passivos Financeiros e corresponde a 16,13% da despesa de capital total.

▪ O Plano Plurianual de Investimentos possui diversas características entre as quais a da temporalidade que se caracteriza por ser um plano com um horizonte temporal de 4 anos. No entanto não se trata de elaborar um plano para um período fixo mas sim para vigorar num horizonte temporal móvel, sendo um documento que se vai desenrolando ou adequando no tempo, à medida que se vai executando.

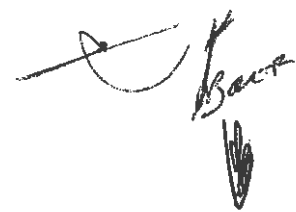
O PPI 2015-2018 inclui todos os projectos e acções que a Associação prevê realizar neste período no âmbito dos objectivos estabelecidos e explicita a respectiva previsão de despesa. No PPI são discriminados os projectos e acções que implicam despesas orçamentais a realizar por investimentos e, em cada ano, devem ser tidos em consideração os ajustamentos resultantes de execuções anteriores. Este último aspecto é bem evidente no mapa do PPI na coluna do investimento realizado em anos anteriores.

O PPI engloba despesas de investimentos que são inscritas em projectos, podendo cada um destes desdobrar-se em acções. Por sua vez os projectos são agrupados em programas, e estes inseridos em objectivos que correspondem às grandes áreas de intervenção da Associação, sendo, por isso mesmo, objectivos programáticos.

A Associação segue a metodologia de elaboração do PPI prevista pelo POCAL. Assim, numa primeira fase elabora um pré-documento onde relata a execução dos projectos até ao mês de Outubro de cada ano e a possível inscrição de novos objectivos. Numa segunda fase inicia-se o processo de planeamento onde se identificam as situações passíveis de investimento, se atenta na correlação dessas situações com os objectivos definidos, se definem os projectos a realizar para satisfazer os objectivos estabelecidos e se faz a definição e selecção dos projectos passíveis de executar em face dos recursos financeiros disponíveis. Na fase seguinte relacionam-se os projectos/acções seleccionados com a fonte de financiamento possível de obter.

Em suma, o Orçamento da Associação para o ano de 2015 prevê as despesas ao nível dos custos com pessoal, aquisição de bens e serviços, pagamento de encargos financeiros compreendendo juros remuneratórios e amortização de capital, subsídios a uma empresa intermunicipal e diversas despesas de investimento.

Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, Outubro de 2014.



## ANEXO

### MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ

#### 1. Projectos

- Ampliação e Requalificação da Zona Industrial com criação do Ninho de Empresas – Polos 1 e 2
- Rota dos Frescos da Fé – Igreja de Nossa Senhora da Anunciação Valverde
- Rota dos Frescos da Fé – Capela de Nossa Senhora de Jerusalém – Sendim da Serra
- Rota dos Frescos da Fé – Capela de São Geraldo – Vale Pereiro
- Museu de Arte Sacra de Alfândega da Fé
- Reabilitação e Qualificação do Espaço Urbano – Valorização dos Arruamentos da Zona Histórica
- Construção de um Centro de Meios Aéreos
- Construção de um Lar de Idosos / Centro de dia, Vilares da Vilarça
- Requalificação da Entrada Sul de Alfândega da Fé
- Requalificação da Escola da Bola

#### 2. Fiscalização / Assessoria técnica

- Remodelação da torre do relógio
- Construção de instalações sanitárias e arrecadação no ecocentro de Alfândega da Fé

#### 3. Coordenação de Segurança em Obra / Outros

### MUNICÍPIO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES

#### 1. Projectos

- Beneficiação do CM1143 (da EM624 até ao limite do concelho)
- Abastecimento de Água e Saneamento a S. Lourenço
- Beneficiação da EM: Carrazeda de Ansiães - Seixo de Ansiães
- Beneficiação da EM: Seixo de Ansiães - Senhora da Ribeira
- Beneficiação da EM: Selores - Lavandeira
- Caminho Agrícola: Besteiros - Selores e Veiga
- Beneficiação da EM: Codeçais - Sentrilha
- Beneficiação da EM: Pinhal do Norte - Pombal
- Loteamento urbano da parcela de terreno entre a Piscina Municipal e a estrada de acesso à Samorinha
- Abrigo e estação de camionagem em Carrazeda de Ansiães



- Elevação de Água Termal para o Balneário Público de S. Lourenço

- Requalificação dos Moinhos de água de Vilarinho da Castanheira
- Arranjo urbanístico do terreno entre a Escola Profissional e o Recinto da Feira Municipal
- Área de Serviço e Acolhimento de autocaravanas em Carrazeda de Ansiães
- Requalificação urbana da Rua do Campo de Aviação
- Requalificação da Escola Primária de Campelos para Centro de Convívio
- Requalificação da Escola Primária de Tralhariz para Sede da ACD de Tralhariz
- Requalificação da Escola Primária de Marzagão para Centro de Convívio

## 2. Fiscalização / Assessoria técnica

- Requalificação do Campo de Futebol de Carrazeda de Ansiães;
- Requalificação da Margem Direita do Rio Douro em Foz-Tua

## 3. Coordenação de Segurança em Obra / Outros

- Requalificação da Margem Direita do Rio Douro em Foz-Tua
- Requalificação do Campo de Futebol de Carrazeda de Ansiães

## MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS

### 1. Projectos

- Central Meleira de Macedo de Cavaleiros;
- Pista de Condução Defensiva em Macedo de Cavaleiros
- BAL - Base de Apoio Logística de Macedo de Cavaleiros
- Rotundas do Concelho de Macedo de Cavaleiros
- Construção do Centro Cívico de Vale da Porca
- Construção de Centro de Convívio de Fornos de Ledra
- Construção do Centro de Dia / Lar de Idosos de Carrapatas
- Requalificação da Escola Primária de Talhas para Lar de Idosos
- Requalificação da Casa do Padre em Espaço Museológico
- Construção da Cobertura do Santuário de Sto. Ambrósio
- Requalificação de um Largo em Morais
- Requalificação da Igreja de Mogrão
- Construção do Edifício da Junta de Salselas
- Loteamento em Peredo



ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA  
TERRA QUENTE TRANSMONTANA

## 2. Fiscalização / Assessoria técnica

- Museu Martim Gonçalves de Macedo
- Museu de Arqueologia

## 3. Coordenação de Segurança em Obra / Outros

### MUNICÍPIO DE MIRANDELA

#### 1. Projectos

- Requalificação da Escola Secundária e da Escola EB 2,3 de Mirandela
- Requalificação e Ampliação da Escola Primária do Convento
- Requalificação e Ampliação da Escola Primária do Fomento
- Constituição do Processo de Propriedade Horizontal do Complexo Agro-Industrial do Cachão
- Requalificação da Zona Envolvente aos Fornos de Frechas

#### 2. Fiscalização / Assessoria técnica

- Requalificação das Margens da Ribeira de Carvalhais - ECOTECA

#### 3. Coordenação de Segurança em Obra / Outros

- Recuperação e Reabilitação da Igreja da Misericórdia – Santa Casa da Misericórdia de Mirandela;
- Refuncionalização do Edifício da Sede da Associação dos Socorros Mútuos dos Artistas Mirandenses;

### MUNICÍPIO DE VILA FLOR

#### 1. Projectos

- Plano de Pormenor da Zona Industrial de Vila Flor (fases subsequentes ao estudo prévio)
- Ampliação do Cemitério Municipal de Vila Flor
- Saneamento da parte alta de Seixo de Manhoses
- Conservação e requalificação do edifício dos paços do concelho
- Centro integrado de valorização de recursos de Seixo de Manhoses
- Construção do Centro Escolar de Vila Flor
- Parque de Campismo e Parque Biológico de Vila Flor



## 2. Fiscalização / Assessoria técnica

- Centro Integrado de Valorização de Recursos de Seixo de Manhoses;
- Construção de Centro de Recepção e Visitas - 1ª Fase no Santuário de Nossa Senhora da Assunção

## 3. Coordenação de Segurança em Obra / Outros

- Santuário de Nossa Sr.ª da Assunção - Centro de Recepção e Visitas
- Centro Integrado de Valorização de Recursos de Seixo de Manhoses

## AMTQT

### 1. Projectos

- Sistema de Drenagem das Águas Residuais do CRO/Incinerador
- Reabilitação da Unidade de Incineração e CRO
- Ampliação da RCBLTQT

### 2. Fiscalização / Assessoria Técnica

- Redes Wifi

### 3. Coordenação de Segurança em Obra / Outros

- Gestão e Implementação do Sistema de Gestão da Qualidade na AMTQT;
- Projecto de Formação-Acção;

## RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM

### 1. Fiscalização / Assessoria técnica

### 2. Coordenação de Segurança em Obra / Outros

*[Handwritten signatures and initials]*

RESUMO DO ORÇAMENTO

*Trabasso*  
*↓*  
*[Handwritten signature]*

ENTIDADE  
 ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA TERRA QUENTE TRANSMONTANA

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2015

RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes .....	3.990.811,64	Correntes .....	3.466.835,54
De capital .....	954.525,22	De capital .....	1.478.501,32
Outras Receitas . . .		Outras Despesas .....	
<b>Total</b>	<b>4.945.336,86</b>	<b>Total</b>	<b>4.945.336,86</b>
Serviços Municipalizados		Serviços Municipalizados	
<b>Total Geral</b>	<b>4.945.336,86</b>	<b>Total Geral</b>	<b>4.945.336,86</b>

ÓRGÃO EXECUTIVO  
 Em 28 de Outubro de 2014

*[Handwritten signature]*

ÓRGÃO DELIBERATIVO  
 Em 28 de Outubro de 2014

*[Handwritten signature]*

ENTIDADE	RESUMO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS	APROVAÇÕES :
AMTQT		Executivo 28/10/2014 Deliberativo 28/10/2014

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2015

RECEITAS			DESPESAS		
	MONTANTE	%		MONTANTE	%
<b>RECEITAS CORRENTES</b>			<b>DESPESAS CORRENTES</b>		
01 IMPOSTOS DIRECTOS			01 DESPESAS COM O PESSOAL	826.978,55	16.7
02 IMPOSTOS INDIRECTOS			02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	715.856,10	14.5
03 CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL, A CAIXA GER			03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	359.271,81	7.3
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	1.450.338,41	29.3	04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	22.003,00	0.4
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	358.182,72	7.2	05 SUBSÍDIOS	1.452.626,08	29.4
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.094.590,51	42.4	06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	90.100,00	1.8
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	87.200,00	1.8			
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	500,00	0.0	<b>TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES</b>	<b>3.466.835,54</b>	<b>70.1</b>
<b>TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>3.990.811,64</b>	<b>80.7</b>	<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>			07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	914.574,59	18.5
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	2.000,00	0.0	08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	325.465,18	6.6
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	952.025,22	19.3	09 ACTIVOS FINANCEIROS		
11 ACTIVOS FINANCEIROS			10 PASSIVOS FINANCEIROS	238.461,55	4.8
12 PASSIVOS FINANCEIROS			11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL		
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	500,00	0.0	<b>TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.478.501,32</b>	<b>29.9</b>
<b>TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>954.525,22</b>	<b>19.3</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>4.945.336,86</b>	<b>100.0</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>4.945.336,86</b>	<b>100.0</b>			



ENTIDADE ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA TERRA QUENTE TRANSMONTANA	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2015
--	----------------------	----------------------------------

PÁGINA : 1

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
	<b>R E C E I T A S C O R R E N T E S</b>	3.990.811,64
	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	1.450.338,41
	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:	1.450.338,41
04	JUROS DE MORA	100,00
04.02	MULTAS E PENALIDADES DIVERSAS	1.450.238,41
04.02.01	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	358.182,72
04.02.99	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	200,00
05	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	200,00
05.02	RENDAS	357.982,72
05.02.01	TERRENOS	17.982,72
05.10	EDIFÍCIOS	6.000,00
05.10.01	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	334.000,00
05.10.04	REDE COMUNITÁRIA DE BANDA LARGA DA TERRA QUENTE TRANSMONTANA	334.000,00
05.10.05	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.094.590,51
05.10.05.01	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	308.192,91
06	ESTADO	1.000,00
06.03	OUTRAS	1.000,00
06.03.01	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	307.192,91
06.03.01.99	FUNDO SOCIAL EUROPEU (FSE)-CORRENTE	249.289,50
06.03.06	FUNDO EUROPEU DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (FEDER)-CORRENTE	27.903,41
06.03.06.01	FUNDO EUROPEU AGRÍCOLA DE GARANTIA (FEAGA)-CORRENTE	30.000,00
06.03.06.02	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	1.786.397,60
06.03.06.03	CONTINENTE	1.786.397,60
06.05	MUNICÍPIOS	1.735.271,64
06.05.01	ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS	51.125,96
06.05.01.01	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	87.200,00
06.05.01.02	VENDA DE BENS	8.200,00
07	PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS	200,00
07.01	PROGRAMAS DE CONCURSOS	200,00
07.01.03	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	8.000,00
07.01.03.01	OUTROS	8.000,00
07.01.11	ELECTRICIDADE - MICROPRODUÇÃO	8.000,00
07.01.11.99	SERVIÇOS	79.000,00
07.01.11.99.01	ALUGUER DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS	4.000,00
07.02	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS	45.000,00
07.02.01	CANÍDEOS	5.000,00
07.02.09	OUTROS	40.000,00
07.02.09.09	OUTROS	30.000,00
07.02.09.99	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	500,00
07.02.99	OUTRAS	500,00
08	OUTRAS	500,00
08.01	OUTRAS	500,00
08.01.99	DIVERSAS	500,00
08.01.99.99		954.525,22
	<b>R E C E I T A S D E C A P I T A L</b>	2.000,00
	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	2.000,00
09	TERRENOS	1.000,00
09.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	1.000,00
09.01.01	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	1.000,00
09.04	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENT	1.000,00
09.04.06	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	1.000,00
09.04.06.01	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	952.025,22
10	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	584.957,54
10.03	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	584.957,54
10.03.07	FUNDO EUROPEU DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (FEDER)-CAPITAL	584.957,54
10.03.07.02	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	367.067,68
10.05	CONTINENTE	367.067,68
10.05.01	MUNICÍPIOS	367.067,68
10.05.01.01	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	500,00
13	OUTRAS	500,00
13.01		500,00

ENTIDADE ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA TERRA QUENTE TRANSMONTANA	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2015
--	----------------------	----------------------------------

*Handwritten notes and signatures on the right side of the top table.*

PÁGINA : 2

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
13.01.99	OUTRAS	500,00
TOTAL DAS RECEITAS		4.945.336,86

*Handwritten notes and signatures on the right side of the middle table.*

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em 28 de Outubro de 2014

---

*Handwritten signature below the executive organ box.*

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em 28 de Outubro de 2014

---

*Handwritten signature below the deliberative organ box.*

ENTIDADE ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA TERRA QUENTE TRANSMONTANA	ORÇAMENTO DA DESPESA ( POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA )	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2015
--	--	----------------------------------

PÁGINA : 1

CLASSIFICAÇÕES		MONTANTE	
ORGÂNICA	ECONÓMICA	ORGÂNICA	ECONÓMICA
01		4.945.336,86	
	ADMINISTRAÇÃO ...		
	DESPESAS CORRENTES		3.466.835,54
01	DESPESAS COM O PESSOAL		826.978,65
01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		652.554,90
01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO		430.929,00
01.01.04.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		430.929,00
01.01.07	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA		11.808,00
01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		85.435,40
01.01.09.01	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO - ESTÁGIOS		2,00
	PROFISSIONAIS		
01.01.09.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO - SECRETÁRIO-GERAL		41.224,08
01.01.09.03	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO - SITUAÇÕES DE MOBILIDADE GERAL		44.209,32
01.01.11	REPRESENTAÇÃO		8.589,48
01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		29.591,10
01.01.14	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E DE NATAL		86.101,92
01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		100,00
01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		5.248,38
01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		850,00
01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		2.500,00
01.02.05	ABONO PARA FALHAS		1.898,38
01.03	SEGURANÇA SOCIAL		169.175,27
01.03.01	ENCARGOS COM A SAÚDE		6.000,00
01.03.02	OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE		6.000,00
01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		2.910,00
01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		143.665,27
01.03.05.01	ASSISTÊNCIA NA DOENÇA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (ADSE)		100,00
01.03.05.02	SEGURANÇA SOCIAL DO PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (RCTFP)		143.085,27
01.03.05.02.01	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES		83.993,34
01.03.05.02.02	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL		59.091,93
01.03.05.03	OUTRAS		480,00
01.03.09	SEGUROS		10.000,00
01.03.09.01	SEGURO DE ACIDENTES NO TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS		10.000,00
01.03.10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL		600,00
01.03.10.01	EVENTUAL MATERNIDADE, PATERNIDADE E ADOÇÃO		500,00
01.03.10.99	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL		100,00
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		715.856,10
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		72.710,00
02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		15.500,00
02.01.02.01	GASOLINA		2.000,00
02.01.02.02	GASÓLEO		8.500,00
02.01.02.99	OUTROS		5.000,00
02.01.02.99.01	GÁS		5.000,00
02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE		1.000,00
02.01.05	ALIMENTAÇÃO- REFEIÇÕES CONFECCIONADAS		33.080,00
02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		200,00
02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		7.500,00
02.01.09	PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS		9.000,00
02.01.11	MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO		1.000,00
02.01.15	PRÊMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		50,00
02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		200,00
02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		80,00
02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		100,00
02.01.21	OUTROS BENS		5.000,00
02.01.21.02	OUTROS		5.000,00

CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		643.146,10
	02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES		59.500,00
	02.02.01.01	ELECTRICIDADE		59.000,00
	02.02.01.02	ÁGUA		500,00
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS		85.500,00
	02.02.03.01	CONSERVAÇÃO DE BENS - GERAL		35.500,00
	02.02.03.02	CONSERVAÇÃO DE BENS - RCBLTQT		50.000,00
	02.02.06	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE		6.000,00
	02.02.08	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS		1.200,00
	02.02.08.01	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS - GERAL		1.200,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		17.520,00
	02.02.09.01	TELEFONES		4.500,00
	02.02.09.02	TELEMÓVEIS		2.000,00
	02.02.09.03	INTERNET		10.500,00
	02.02.09.04	CORREIOS		500,00
	02.02.09.99	OUTROS		20,00
	02.02.12	SEGUROS		21.000,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		4.000,00
	02.02.14	ESTUDOS, PARCERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA		61.580,00
	02.02.14.01	ESTUDOS, PARCERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA - GERAL		61.580,00
	02.02.15	FORMAÇÃO		227.158,60
	02.02.17	PUBLICIDADE		300,00
	02.02.17.01	PUBLICIDADE - GERAL		300,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		153.387,50
	02.02.20.01	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS - GERAL		153.387,50
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		6.000,00
	02.02.25.02	OUTROS SERVIÇOS - OUTROS		6.000,00
	03	JUROS E OUTROS ENCARGOS		359.271,81
	03.01	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA		22.000,00
	03.01.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		22.000,00
	03.01.03.02	EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS		22.000,00
	03.01.03.02.01	JUROS DE EMPRÉSTIMOS - CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS		22.000,00
	03.05	OUTROS JUROS		336.471,81
	03.05.02	OUTROS		336.471,81
	03.05.02.01	RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM		336.471,81
	03.06	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS		800,00
	03.06.01	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS		800,00
	03.06.01.01	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS - SERVIÇOS BANCÁRIOS		800,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		22.003,00
	04.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		20.000,00
	04.01.01	PÚBLICAS		20.000,00
	04.01.01.02	OUTRAS		20.000,00
	04.01.01.02.01	AECT - ZASNET		20.000,00
	04.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		1.000,00
	04.03.01	ESTADO		1.000,00
	04.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		1.003,00
	04.05.01	CONTINENTE		1.003,00
	04.05.01.01	MUNICÍPIOS		1.000,00
	04.05.01.04	ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS		3,00
	04.05.01.04.01	CIM-TTM		3,00
	05	SUBSÍDIOS		1.452.626,08
	05.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		1.452.626,08
	05.01.01	PÚBLICAS		1.452.626,08
	05.01.01.01	EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS		1.452.626,08
	05.01.01.01.03	RESÍDUOS DO NORDESTE - TRATAMENTO DE RSU		1.452.626,08
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		90.100,00
	06.02	DIVERSAS		90.100,00
	06.02.03	OUTRAS		90.100,00
	06.02.03.01	OUTRAS RESTITUIÇÕES		100,00
	06.02.03.02	IVA Pago		85.000,00
	06.02.03.05	OUTRAS		5.000,00
		DESPESAS DE CAPITAL		1.478.501,32

CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		914.574,59
	07.01	INVESTIMENTOS		789.574,59
	07.01.01	TERRENOS		2.500,00
	07.01.06	MATERIAL DE TRANSPORTE		1.000,00
	07.01.06.02	Outro		1.000,00
	07.01.06.02.01	VIATURA		1.000,00
	07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA		5.000,00
	07.01.07.05	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA - GERAL		5.000,00
	07.01.08	SOFTWARE INFORMÁTICO		15.500,00
	07.01.08.02	SOFTWARE INFORMÁTICO - SIG		500,00
	07.01.08.03	SOFTWARE INFORMÁTICO - GERAL		15.000,00
	07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		2.000,00
	07.01.09.02	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO - GERAL		2.000,00
	07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO		1.000,00
	07.01.10.02	OUTRO		1.000,00
	07.01.10.02.03	EQUIPAMENTO BÁSICO PARA O CANIL INTERMUNICIPAL DA TERRA QUENTE TRANSMONTANA		1.000,00
	07.01.11	FERRAMENTOS E UTENSÍLIOS		2.000,00
	07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS		760.574,59
	07.01.15.05	OUTROS INVESTIMENTOS		2.000,00
	07.01.15.10	SAMA 2		758.574,59
	07.03	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO		125.000,00
	07.03.03	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS		125.000,00
	07.03.03.13	OUTROS		125.000,00
	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		325.465,18
	08.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		325.465,18
	08.05.01	CONTINENTE		325.465,18
	08.05.01.01	MUNICÍPIOS		325.465,18
	08.05.01.01.01	MUNICÍPIOS INTEGRANTES DA TERRA QUENTE TRANSMONTANA		325.465,18
	10	PASSIVOS FINANCEIROS		238.461,55
	10.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS		238.461,55
	10.06.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		238.461,55
	10.06.03.01	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS		238.461,55
TOTAL GERAL DAS DESPESAS				4.945.336,86

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em 28 de OUTUBRO de 2014

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em 28 de OUTUBRO de 2014

ENTIDADE ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA TERRA QUENTE TRANSMONTANA	ORÇAMENTO DA DESPESA  ( Com e Sem Plano )	DOTAÇÕES INICIAIS  DO ANO -2015
--	---	---------------------------------------

PÁGINA : 1

CLASSIFICAÇÕES			DOTAÇÕES		MONTANTE
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	NÃO IMPUTÁVEL	IMPUTÁVEL	TOTAL
01		ADMINISTRAÇÃO ...	4.030.762,27	914.574,59	4.945.336,86
		DESPESAS CORRENTES	3.466.835,54		3.466.835,54
	01	DESPESAS COM O PESSOAL	826.978,55		826.978,55
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	652.554,90		652.554,90
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	430.929,00		430.929,00
	01.01.04.01	PESSOAL EM FUNÇÕES	430.929,00		430.929,00
	01.01.07	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA	11.808,00		11.808,00
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	85.435,40		85.435,40
	01.01.09.01	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO - ESTÁGIOS	2,00		2,00
		PROFISSIONAIS			
	01.01.09.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO - SECRETÁRIO-GERAL	41.224,08		41.224,08
	01.01.09.03	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO - SITUAÇÕES DE MOBILIDADE GERAL	44.209,32		44.209,32
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO	8.589,48		8.589,48
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	29.591,10		29.591,10
	01.01.14	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E DE NATAL	86.101,92		86.101,92
	01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE	100,00		100,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	5.248,38		5.248,38
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	850,00		850,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO	2.500,00		2.500,00
	01.02.05	ABONO PARA FALHAS	1.898,38		1.898,38
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL	169.175,27		169.175,27
	01.03.01	ENCARGOS COM A SAÚDE	6.000,00		6.000,00
	01.03.02	OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE	6.000,00		6.000,00
	01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	2.910,00		2.910,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	143.665,27		143.665,27
	01.03.05.01	ASSISTÊNCIA NA DOENÇA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (ADSE)	100,00		100,00
	01.03.05.02	SEGURANÇA SOCIAL DO PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (RCTFP)	143.085,27		143.085,27
	01.03.05.02.01	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	83.993,34		83.993,34
	01.03.05.02.02	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL	59.091,93		59.091,93
	01.03.05.03	OUTRAS	480,00		480,00
	01.03.09	SEGUROS	10.000,00		10.000,00
	01.03.09.01	SEGURO DE ACIDENTES NO TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS	10.000,00		10.000,00
	01.03.10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	600,00		600,00
	01.03.10.01	EVENTUAL MATERNIDADE, PATERNIDADE E ADOÇÃO	500,00		500,00
	01.03.10.99	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	100,00		100,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	715.856,10		715.856,10
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS	72.710,00		72.710,00
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	15.500,00		15.500,00
	02.01.02.01	GASOLINA	2.000,00		2.000,00
	02.01.02.02	GASÓLEO	8.500,00		8.500,00
	02.01.02.99	OUTROS	5.000,00		5.000,00
	02.01.02.99.01	GÁS	5.000,00		5.000,00
	02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE	1.000,00		1.000,00
	02.01.05	ALIMENTAÇÃO- REFEIÇÕES CONFECCIONADAS	33.080,00		33.080,00
	02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	200,00		200,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	7.500,00		7.500,00
	02.01.09	PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS	9.000,00		9.000,00
	02.01.11	MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO	1.000,00		1.000,00
	02.01.15	PRÊMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	50,00		50,00
	02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	200,00		200,00
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	80,00		80,00
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO	100,00		100,00
	02.01.21	OUTROS BENS	5.000,00		5.000,00
	02.01.21.02	OUTROS	5.000,00		5.000,00

CLASSIFICAÇÕES			DOTAÇÕES		MONTANTE
ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	NÃO IMPUTÁVEL	IMPUTÁVEL	TOTAL
			643.146,10		643.146,10
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	59.500,00		59.500,00
	02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES	59.000,00		59.000,00
	02.02.01.01	ELECTRICIDADE	500,00		500,00
	02.02.01.02	ÁGUA	85.500,00		85.500,00
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS	35.500,00		35.500,00
	02.02.03.01	CONSERVAÇÃO DE BENS - GERAL	50.000,00		50.000,00
	02.02.03.02	CONSERVAÇÃO DE BENS - RCBLTQT	6.000,00		6.000,00
	02.02.06	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	1.200,00		1.200,00
	02.02.08	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	1.200,00		1.200,00
	02.02.08.01	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS - GERAL	17.520,00		17.520,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES	4.500,00		4.500,00
	02.02.09.01	TELEFONES	2.000,00		2.000,00
	02.02.09.02	TELEMÓVEIS	10.500,00		10.500,00
	02.02.09.03	INTERNET	500,00		500,00
	02.02.09.04	CORREIOS	20,00		20,00
	02.02.09.99	OUTROS	21.000,00		21.000,00
	02.02.12	SEGUROS	4.000,00		4.000,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	61.580,00		61.580,00
	02.02.14	ESTUDOS, PARCERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA	61.580,00		61.580,00
	02.02.14.01	ESTUDOS, PARECERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA - GERAL	227.158,60		227.158,60
	02.02.15	FORMAÇÃO	300,00		300,00
	02.02.17	PUBLICIDADE	300,00		300,00
	02.02.17.01	PUBLICIDADE - GERAL	153.387,50		153.387,50
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	153.387,50		153.387,50
	02.02.20.01	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS - GERAL	6.000,00		6.000,00
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS	6.000,00		6.000,00
	02.02.25.02	OUTROS SERVIÇOS - OUTROS	359.271,81		359.271,81
	03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	22.000,00		22.000,00
	03.01	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA	22.000,00		22.000,00
	03.01.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	22.000,00		22.000,00
	03.01.03.02	EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	22.000,00		22.000,00
	03.01.03.02.01	JUROS DE EMPRÉSTIMOS - CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	336.471,81		336.471,81
	03.05	OUTROS JUROS	336.471,81		336.471,81
	03.05.02	OUTROS	336.471,81		336.471,81
	03.05.02.01	RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM	800,00		800,00
	03.06	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	800,00		800,00
	03.06.01	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	800,00		800,00
	03.06.01.01	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS - SERVIÇOS BANCÁRIOS	22.003,00		22.003,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	20.000,00		20.000,00
	04.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	20.000,00		20.000,00
	04.01.01	PÚBLICAS	20.000,00		20.000,00
	04.01.01.02	OUTRAS	20.000,00		20.000,00
	04.01.01.02.01	AECT - ZASNET	1.000,00		1.000,00
	04.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	1.000,00		1.000,00
	04.03.01	ESTADO	1.003,00		1.003,00
	04.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	1.003,00		1.003,00
	04.05.01	CONTINENTE	1.000,00		1.000,00
	04.05.01.01	MUNICÍPIOS	3,00		3,00
	04.05.01.04	ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS	3,00		3,00
	04.05.01.04.01	CIM-TTM	1.452.626,08		1.452.626,08
	05	SUBSÍDIOS	1.452.626,08		1.452.626,08
	05.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	1.452.626,08		1.452.626,08
	05.01.01	PÚBLICAS	1.452.626,08		1.452.626,08
	05.01.01.01	EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS	1.452.626,08		1.452.626,08
	05.01.01.01.03	RESÍDUOS DO NORDESTE - TRATAMENTO DE RSU	90.100,00		90.100,00
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	90.100,00		90.100,00
	06.02	DIVERSAS	90.100,00		90.100,00
	06.02.03	OUTRAS	100,00		100,00
	06.02.03.01	OUTRAS RESTITUIÇÕES	85.000,00		85.000,00
	06.02.03.02	IVA Pago	5.000,00		5.000,00
	06.02.03.05	OUTRAS	563.926,73	914.574,59	1.478.501,32
		DESPESAS DE CAPITAL			

CLASSIFICAÇÕES		DOTAÇÕES		MONTANTE	
CÓDIGOS ORGÂNICA	ECONÔMICA	DESIGNAÇÃO	NÃO IMPUTÁVEL	IMPUTÁVEL	TOTAL
07		AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		914.574,59	914.574,59
07.01		INVESTIMENTOS		789.574,59	789.574,59
07.01.01		TERRENOS		2.500,00	2.500,00
07.01.06		MATERIAL DE TRANSPORTE		1.000,00	1.000,00
07.01.06.02		Outro		1.000,00	1.000,00
07.01.06.02.01		VIATURA		1.000,00	1.000,00
07.01.07		EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA		5.000,00	5.000,00
07.01.07.05		EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA - GERAL		5.000,00	5.000,00
07.01.08		SOFTWARE INFORMÁTICO		15.500,00	15.500,00
07.01.08.02		SOFTWARE INFORMÁTICO - SIG		500,00	500,00
07.01.08.03		SOFTWARE INFORMÁTICO - GERAL		15.000,00	15.000,00
07.01.09		EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		2.000,00	2.000,00
07.01.09.02		EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO - GERAL		2.000,00	2.000,00
07.01.10		EQUIPAMENTO BÁSICO		1.000,00	1.000,00
07.01.10.02		OUTRO		1.000,00	1.000,00
07.01.10.02.03		EQUIPAMENTO BÁSICO PARA O CANIL INTERMUNICIPAL DA TERRA QUENTE TRANSMONTANA		1.000,00	1.000,00
07.01.11		FERRAMENTOS E UTENSÍLIOS		2.000,00	2.000,00
07.01.15		OUTROS INVESTIMENTOS		760.574,59	760.574,59
07.01.15.05		OUTROS INVESTIMENTOS		2.000,00	2.000,00
07.01.15.10		SAMA 2		758.574,59	758.574,59
07.03		BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO		125.000,00	125.000,00
07.03.03		OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS		125.000,00	125.000,00
07.03.03.13		OUTROS		125.000,00	125.000,00
08		TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	325.465,18		325.465,18
08.05		ADMINISTRAÇÃO LOCAL	325.465,18		325.465,18
08.05.01		CONTINENTE	325.465,18		325.465,18
08.05.01.01		MUNICÍPIOS	325.465,18		325.465,18
08.05.01.01.01		MUNICÍPIOS INTEGRANTES DA TERRA QUENTE TRANSMONTANA	325.465,18		325.465,18
10		PASSIVOS FINANCEIROS	238.461,55		238.461,55
10.06		EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	238.461,55		238.461,55
10.06.03		SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	238.461,55		238.461,55
10.06.03.01		AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	238.461,55		238.461,55
TOTAL GERAL DAS DESPESAS			4.030.762,27	914.574,59	4.945.336,86

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em 28 de outubro de 2014

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em 28 de outubro de 2014



OBJECTIVO	DESCRIÇÃO	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO
		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2014	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)		ANOS SEQUINTE				
				DEFINIDO	NÃO DEFIN	2016	2017	2018	OUTROS	
01	ADMINISTRAÇÃO GERAL	23.607,49		784.574,59	784.574,59					808.182,08
0101	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	23.607,49		784.574,59	784.574,59					808.182,08
03	ORDERAMENTO DO TERRITÓRIO			500,00	500,00					500,00
0301	SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA			500,00	500,00					500,00
05	PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE			3.500,00	3.500,00					3.500,00
0501	HIGIENE PÚBLICA - CANIL INTERMUNICIPAL			3.500,00	3.500,00					3.500,00
06	CULTURA			126.000,00	126.000,00					126.000,00
0601	SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO			126.000,00	126.000,00					126.000,00
	TOTAL GERAL .....	23.607,49		914.574,59	914.574,59					938.182,08

Handwritten signatures and initials, including a large signature that appears to be 'Luis' and other smaller initials.



<p>ENTIDADE ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA TERÇA QUARTA TRANSCORDANA</p>	<p>PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS</p>	<p>DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2015</p>
---	--	--

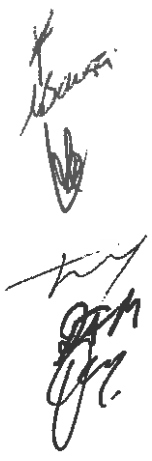
PÁGINA : 2

P

ÓRGÃO EXECUTIVO  
Em 28 de OUTUBRO de 2014



ÓRGÃO DELIBERATIVO  
Em 28 de OUTUBRO de 2014



MAPA DE PESSOAL DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA TERRA QUENTE TRANSMONTANA - 2015

Cargo/Carreira/Categoria	Mapa Resumo dos Postos de Trabalho por Cargo/Carreira/Categoria						Observações a O.S. a) Nomeado em Comissão de Serviço b) Em regime de mobilidade interna c) Reg. Celência de Interesse Público na RR
	Ocupados			Previstos			
	CTI	CTR	O.S.	CTI	CTD	O.S.	
Secretário-Geral			1				
Técnico Superior - área de Relações Internacionais	1						
Técnico Superior - área de Economia	2						
Técnico Superior - área de Arquitectura	2						
Técnico Superior - área de Arquitectura Paisagista	1						
Técnico Superior - área de Engenharia Civil	6						
Técnico Superior - área de Engenharia Electrotécnica	1						
Técnico Superior - área de Engenharia Mecânica			1				
Téc Sup - área de Eng.ª Ambiental e dos Recursos Naturais	2						
Téc Sup - área de Engenharia do Ambiente e do Território	1						
Técnico Superior - área de Engenharia Florestal	1						
Técnico Superior - área de Engenharia Topográfica	1						
Técnico Superior - área de Geografia	1						
Especialista de Informática			1				
Técnico de Informática			1				
Assistente Técnico - área de Topografia	2						
Assistente Técnico - área Administrativa	2						
Assistente Operacional - Servente Auxiliar de Limpeza	1						
Assistente Operacional - Tratador Apanhador de Animais	3						
<b>Total</b>		<b>31</b>			<b>0</b>		

CTI - Contrato Tempo Indeterminado  
 CTR - Contrato Termo Resolutivo Certo  
 O.S. - Outras Situações  
 CTD - Contrato Tempo Determinado

*[Handwritten signatures and initials]*

# MAPA DE PESSOAL DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA TERRA QUENTE TRANSMONTANA - 2015



Atribuições/Competências/Actividades	Unidade Orgânica/ Centros de Competência ou de Produtos/ Área de Actividades	Cargo / Carreira / Categoria	Área de Formação Académica e/ou Profissional	Número de Postos de Trabalho	Obs.
<p>Competências delegadas pelo Conselho Directivo em reunião de 12/11/2009: despacho e expediente; assinatura da correspondência da Associação; visto de autorização de pagamentos; recebimento de receitas com assinatura de recibos; autorização de pagamentos e despesas, até ao montante de dois mil e quinhentos euros, com posterior conhecimento do Conselho Directivo; autorizações de férias de pessoal, deslocações e ajudas de custo, recuperação de vencimento de exercício perdido e horas extraordinárias; justificação de faltas; fixação de horários de trabalho; promoção e elaboração de normas e regulamentos necessários ao bom funcionamento da Associação; movimentação das contas bancárias, através de assinatura conjunta de cheques com, pelo menos, um Presidente das Câmaras associadas e aposição do selo branco; sujeição das delegações à ratificação da Assembleia Intermunicipal</p>	Secretário-Geral	Secretário-Geral	Licenciatura em Engenharia Civil	1	
<p>Assessorar o Secretário-Geral no desempenho das suas funções em articulação com os demais serviços da associação e/ou entidades externas; apoio técnico e de secretariado aos órgãos da associação; assessoria técnica, nomeadamente no apoio e acompanhamento dos projectos intermunicipais e de nível transfronteiriço e nos projectos e acções de cooperação descentralizada, designadamente no âmbito da União Europeia e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa; recolha e organização de informação para decisão; organização do protocolo da Associação e participação em eventos, organismos e reuniões da área das suas atribuições; concepção e execução das peças procedimentais de contratação de bens e de serviços; elaboração e acompanhamento dos contratos</p>	Gabinete de Apoio ao Conselho Directivo e ao Secretário-Geral	Técnico Superior	Licenciatura em Relações Internacionais	1	
<p>Exercício de funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com base em directivas bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade nomeadamente na organização de expediente e arquivo, gestão do parque de viaturas, inventário de bens móveis, tiragem de cópias e organização de processos, utilização de ferramentas informáticas na óptica do utilizador; processador de texto, folha de cálculo, base de dados, digitalização de documentos, Internet, correio electrónico.</p>		Assistente Técnico	9º Ano	1	
<p>Execução de tarefas de apoio elementares indispensáveis ao funcionamento das instalações da Associação de Municípios nomeadamente limpeza das instalações assegurar a entrega do correio nos CTT e apoio à reprografia (tiragem de cópias e encadernamento de processos)</p>		Assistente Operacional	Escolaridade Obrigatória	1	
<p>Concepção e projecção de conjuntos urbanos, edificações, obras públicas e objectos, prestando a devida assistência técnica e orientação no decurso da respectiva execução; realização de estudos de ordenamento e planeamento urbano através da elaboração de estudos urbanísticos para diferentes áreas do território municipal; desenvolvimento de trabalhos na área do património arquitectónico; elaboração de informações e pareceres relativos a processos na área da respectiva especialidade, incluindo o planeamento urbanístico, bem como sobre a qualidade e adequação de projectos para licenciamento de obras de construção civil ou de outras operações urbanísticas; colaboração na organização de processos de candidatura a financiamentos comunitários, da administração central ou outros; colaboração na definição das propostas de estratégia, de metodologia e de desenvolvimento para as intervenções urbanísticas e arquitectónicas; coordenação e fiscalização na execução de obras; articulação das suas actividades com outros profissionais, nomeadamente nas áreas do planeamento do território, arquitectura paisagista, reabilitação social e urbana e engenharia.</p>	Sector Técnico	Técnico Superior	Arquitectura	2	
<p>Estudo e planeamento do território e de paisagem, ordenando os diversos elementos de modo a garantir a permanência do equilíbrio ecológico e visual, e tendo em consideração aspectos biológicos, estéticos, arquitectónicos, históricos, sociais, de qualidade de vida e de sustentabilidade económica; projecção de espaços e estruturas verdes, estudo do equipamento mobiliário e obras de arte a implantar e realização de estudos de integração paisagística; Gestão de obras de requalificação ambiental; articulação das suas actividades com outros profissionais, nomeadamente nas áreas do planeamento do território, arquitectura, reabilitação social e urbana, e engenharia.</p>			Licenciatura em Arquitectura Paisagista	1	



# MAPA DE PESSOAL DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA TERRA QUENTE TRANSMONTANA - 2015

Atribuições/Competências/Actividades	Unidades Orgânicas/ Centros de Competência ou de Produtos/ Área de Actividades	Cargo / carreira / Categoria	Área da Formação Académica e/ou Profissional	Número de Postos de Trabalho	Obs.
<p>Elaboração de projectos de estruturas e fundações, escavação e contenção periférica, projectos de redes prediais de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais, redes de incêndio e de gás, projectos de segurança contra riscos de incêndio, projectos de condicionamento acústico, estudos de verificação térmica e projectos de sistemas solares térmicos; concepção e análise de projectos de arruamentos, abastecimento de água e drenagem de águas domésticas e pluviais, relativos a operações de loteamentos urbanos; acompanhamento e fiscalização de empreitadas enquadradas em conhecimentos profissionais inerentes à licenciatura em engenharia civil; efectuar o cálculo de revisões de preços e acompanhamento de prazos de execução; elaboração de estimativas de custos, orçamentos, planos de trabalho e especificações de obras; elaboração de cadernos de encargos, memorias descritivas e especificações para concursos públicos de projectos ou empreitadas; elaboração de planos de segurança e saúde, planos de emergência e planos de prevenção e gestão de resíduos; realização de vitórias técnicas.</p>			Licenciatura em Engenharia Civil	5	
<p>Elaboração de estudos nas áreas de energia, iluminação e telecomunicações; Elaboração de planos e pareceres sobre processos e viabilidades de construção; execução de projectos de instalações eléctricas e de telecomunicações; acompanhamento e fiscalização de obras enquadradas em conhecimentos profissionais inerentes à licenciatura em engenharia electrotécnica; elaboração de estimativas de custos, orçamentos, planos de trabalho e especificações de obras; consulta de entidades certificadas; inspecção de instalações eléctricas a fim de verificar a sua conformidade com as normas legalmente estabelecidas; elaboração de cadernos de encargos, memorias descritivas e especificações para concursos públicos de projectos ou empreitadas; elaboração de planos de emergência, segurança, qualidade e ambiente.</p>			Licenciatura em Engenharia Electrotécnica	1	
<p>Preparação e desenvolvimento de acções de apoio técnico à associação e aos municípios no domínio do ambiente; supervisionar o Sistema de Resíduos Sólidos Urbanos, bem como desenvolver estudos e acções de preservação do ambiente e de gestão racional dos recursos naturais.</p>	Sector Técnico	Técnico Superior	Licenciatura em Engenharia Mecânica	1	
<p>Elaboração, acompanhamento e verificação de candidaturas a financiamentos comunitários; elaboração e acompanhamento de projectos ambientais; realização de avaliações acústicas para averiguação da conformidade do critério de incomodidade e apoio técnico na área de acústica ambiental; apoio técnico a planos de ordenamento do território, implementação de sistemas de informação geográfica (SIG) e gestão cartográfica; concepção de campanhas de promoção, divulgação de iniciativas, trabalhos e projectos.</p>			Licenciatura em Engenharia Ambiental e dos Recursos Naturais	1	
<p>Elaboração e acompanhamento de projectos ambientais; definição de políticas e programas de prevenção de segurança, higiene e saúde no trabalho, definição da política de formação e apoio na implementação, acompanhamento e verificação de candidaturas da instituição e dos municípios associadas aos fundos comunitários</p>			Licenciatura em Engenharia Ambiental e dos Recursos Naturais	1	
<p>Elaboração de planos e estudos de planeamento e de ordenamento do território; gestão e manipulação de informação geográfica e cartografia, nos seus diversos formatos; actualização de bases de dados; realização de operações de análise espacial e elaboração de relatórios e estudos finais de apresentação de dados</p>			Licenciatura em Engenharia do Ambiente e do Território	1	
<p>Elaboração e acompanhamento de projectos florestais; participação nas tarefas de planeamento e ordenamento dos espaços rurais dos municípios; apoio na implementação, acompanhamento e verificação de candidaturas da instituição e dos Municípios associados aos fundos comunitários.</p>			Licenciatura em Engenharia Florestal	1	
<p>Execução de levantamentos topográficos e temáticos para actualização de todo o suporte cartográfico e alfanumérico, realização de projectos de apoio ao planeamento territorial desenvolvidos em sistemas de informação geográfica (SIG), gestão e manipulação de todo o tipo de informação geográfica nos diversos formatos para a integração em SIG, efectuando operações de análise espacial e criação, gestão e manutenção de base de dados espaciais.</p>			Licenciatura em Engenharia Topográfica	1	
<p>Elaboração de projectos na área de Sistemas de Informação Geográfica aplicada a questões territoriais, explorando e testando modelos explicativos, bem como através da aplicação de metodologias de análise, diagnóstico e intervenção sobre o território; organização de informação para divulgação e promoção da imagem da região da Terra Quente Transmontana em eventos</p>			Licenciatura em Geografia	1	
<p>Elaboração, acompanhamento e verificação de candidaturas a financiamentos comunitários; apoio técnico à implementação e gestão do Plano Territorial de Desenvolvimento de Trás-os-Montes e consequente contrato de delegação de competências com subvenção global.</p>			Licenciatura em Engenharia Civil	1	

*[Handwritten signatures and initials]*

# MAPA DE PESSOAL DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA TERRA QUENTE TRANSMONTANA - 2015

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA  
TERRA QUENTE TRANSMONTANA

Atribuições/Competências/Actividades	Unidade Orgânica/Centros de Competência ou de Produtos/Área de Actividades	Cargo / Carreira / Categoria	Área de Formação Académica e/ou Profissional	Número de Postos de Trabalho	Obs.
As constantes da Portaria n.º 368/2002, de 3 de Abril	Sector Técnico	Especialista de Informática	Licenciatura no domínio da Informática	1	
Exercício de funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com base em directivas bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade nomeadamente, levantamentos topográficos tendo em vista a elaboração de plantas, planos, cartas e mapas que se destinam à preparação e orientação de trabalhos de engenharia; efectuar levantamentos topográficos, apoiando-se normalmente em vértices geodésicos existentes, determinar rigorosamente a posição relativa de pontos notáveis de determinada zona de superfície terrestre, regular e utilizar os instrumentos de observação, tais como estações totais e GPS, proceder a cálculos sobre os elementos colhidos no campo, proceder à implantação no terreno de pontos de referência para determinadas construções		Técnico de Informática	12º Ano	1	
		Assistente Técnico	12.º ano de escolaridade com formação na área de topografia	2	
Desempenho de funções nas áreas da contabilidade e resouraria, controlo interno, recursos humanos, património e acompanhamento económico-financieiro de candidaturas inseridas em fundos comunitários.	Sector Administrativo e Financeiro	Técnico Superior	Licenciatura em Economia	2	
Exercício de funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com base em directivas bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade, nas áreas de actuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de actuação dos órgãos e serviços, nomeadamente, gestão documental e organização de expediente, apoio na área de secretariado, execução de procedimentos de processos de recrutamento e selecção de pessoal, efectuar a gestão e gestão de assiduidade do pessoal, colaborar nas tarefas do domínio de gestão financeira, utilização de ferramentas informáticas na óptica do utilizador: processador de texto, folha de cálculo, base de dados, digitalização de documentos, Internet, correio electrónico.		Assistente Técnico	11º Ano	1	
Execução de tarefas de apoio elementares indispensáveis ao funcionamento das instalações do cantil intermunicipal e da unidade de Incherção	Centro de Recolha Oficial da Terra Quente Transmontana	Assistente Operacional	Escolaridade Obrigatória	3	
Total				31	



**ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA TERRA QUENTE TRANSMONTANA**  
**MAPA RESUMO DE EMPRÉSTIMOS - PREVISÃO EXECUÇÃO - 2015**

Caracterização do Empréstimo	Data da aprovação pela AI	Data contratação empréstimo	Prazo do Contrato	Anos decorridos	Visto do TC		Finalidade do Empréstimo	Capital		Taxa de Juro		Encargos do Ano			Divida em 01.01.2015	Divida em 31.12.2015	Obs.
					N.º Reg	Data		Contratado	Utilizado	Inicial	Actual	Amortização	Juros	Total			
<b>Curto Prazo</b>																	
Total....								0,00									
								0,00									
<b>Médio e Longo Prazo</b>																	
CGD- 9015/005933/69   1	29-05-2008	16-07-2008	15	6			Projecto "Rede Comunitária de Banda Larga da Terra Quente Transmontana"	3.100.000,00	3.100.000,00	5,708	0,9664	238.461,53	17.070,12	255.531,65	2.086.538,47	1.848.078,94	Tx's Juro incluem spread
Total....								3.100.000,00	3.100.000,00			238.461,53	17.070,12	255.531,65	2.086.538,47	1.848.078,94	

**O ÓRGÃO EXECUTIVO**  
 Em 28 de OUTUBRO de 2014

**O ÓRGÃO DELIBERATIVO**  
 Em 28 de OUTUBRO de 2014